



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

THIAGO LIMA RIBEIRO

**A TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL (TESE) NAS ESCOLAS
PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ (EEEP) E O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

FORTALEZA

2021

THIAGO LIMA RIBEIRO

A TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL (TESE) NAS ESCOLAS
PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ (EEEP) E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curso Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional -ProfSocio da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a Obtenção de título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Práticas de Ensino e Conteúdos Curriculares.

Orientadora: Dra. Celina Amália Ramalho Galvão Lima

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R372t Ribeiro, Thiago Lima.

A Tecnologia Empresarial Socioeducacional (tese) nas Escolas Profissionais do Estado do Ceará (EEEP) e o Ensino de Sociologia. / Thiago Lima Ribeiro. – 2021.
62 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Celina Amália Ramalho Galvão Lima.

1. Profissionalização. 2. Sociologia. 3. Gerenciamento. I. Título.

CDD 301

THIAGO LIMA RIBEIRO

A TECNOLOGIA EMPRESARIAL SOCIOEDUCACIONAL (TESE) NAS ESCOLAS
PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ (EEEP) E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curso Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional-ProfSocio, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a Obtenção de título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Práticas de Ensino e Conteúdos Curriculares.

Aprovada em: 22/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra Celina Amália Ramalho Galvão Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. André Haguette
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Erica Fontenele Costa Lima, pelo incentivo e insistência na minha participação no processo seletivo para o ProfSocio – segunda turma.

À Universidade Federal do Ceará, por ser Instituição Associada desse projeto tão importante para os docentes de Sociologia que atuam na Educação Básica.

À minha orientadora, Profa. Dra. Celina Amália Ramalho Galvão Lima, por acreditar no meu tema e nos meus percursos metodológicos.

À minha banca examinadora, Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima e Prof. Dr. André Haguette, pela disponibilidade na avaliação deste trabalho.

Aos meus Professores, pela dedicação ao Programa e ao ensino.

Aos meus colegas, pelos momentos de aprendizagem e companheirismo.

RESUMO

INTRODUÇÃO: O presente estudo insere-se em meio ao contexto brasileiro de desenvolvimento e expansão da política da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, bem como do retorno da Sociologia ao ensino secundário. O Estado do Ceará implantou uma rede de escolas profissionais, a partir de 2008, e possui como fundamentação teórica e metodológica a TESE- Tecnologia Empresarial Socioeducacional. **OBJETIVOS:** 1) Objetivo Geral: analisar a relação entre os conceitos fundamentais da TESE e o Ensino de Sociologia nas Escolas Profissionais do Estado de Ceará; 2) Objetivos Específicos: Refletir sobre a presença da estratégia empresarial na educação básica; Descrever as propostas do ensino de Sociologia no Ensino Médio. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** Está dividida em três partes: 1) O Ensino de Sociologia no Ensino Médio brasileiro; 2) A Educação Profissional no Brasil; 3) As Escolas Profissionais do Estado do Ceará. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa do tipo explicativa, com utilização do método qualitativo. O cenário de execução da pesquisa foi o município de Fortaleza/CE, que possui ao todo 21 Escolas Profissionais. A pesquisa foi desenvolvida em 3 Escolas Profissionais. Os participantes foram 3 professores de Sociologia que atuam nessas respectivas escolas. Como a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza são divididas em 3 grandes regiões, foram escolhidas uma Escola Profissional por região. Optou-se pela utilização de entrevista estruturada, realizada através da plataforma Google Meet. Para a análise dos dados foram estabelecidas categorias. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os conceitos fundamentais da TESE estabelecem o princípio de que a escola pode ser gerenciada como uma empresa, deixando assim de promover a integração social. As políticas educacionais relativas à profissionalização precisam abordar a coesão social. O gerenciamento empresarial na educação é baseado na ideologia da competência. A superação das desigualdades sociais não ocorre apenas com a ampliação do sistema escolar, nem tampouco com reformas curriculares, ainda que se utilize metodologias empresariais. Além de reformas educacionais, são fundamentais também reformas sociais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A Escola Profissional do Estado do Ceará, por ser uma instituição social pública, não pode ser orientada pelo gerenciamento empresarial. Uma empresa tem como objetivo interesses individuais, como o lucro, expansão de suas atividades e sobrevivência no

setor em que desenvolve as suas atividades. O Estado, na perspectiva republicana, tem como objetivo atender aos interesses coletivos e de manter a coesão e a estabilidade sociais. O Ensino de Sociologia, no contexto da Educação Profissional, pode ser utilizado tanto para promover a coesão social como também a de destacar os elementos conflitantes nessa mesma sociedade.

Palavras-chave: profissionalização; Sociologia; gerenciamento.

ABSTRACT

INTRODUCTION: This study is part of the development and expansion policy of Brazil's Professional Education high schools. In addition to the Professional Courses, all of these specialized schools also teach the required curriculum for regular Brazilian high schools. It is important to point out that Sociology was added back into the secondary school curriculum after a long absence. In 2008, the State of Ceará implemented a network of professional schools which are based on a theoretical and methodological system called "TESE" – Socio-education, entrepreneurial, technology.

OBJECTIVES: 1) General Objective: To analyze the relationship between the fundamental concepts of the THESIS and the Teaching of Sociology in Professional Schools in the State of Ceará; 2) Specific Objectives: To reflect on the presence of business strategy courses on basic education; to describe the proposals for teaching Sociology in high school programs.

THEORETICAL FOUNDATION: It is divided into three parts: 1) Teaching Sociology in Brazilian High Schools; 2) Professional Education in Brazil; 3) Professional Schools in the State of Ceará.

METHODOLOGY: This is an explanatory study, using the qualitative method. The research execution scenario was the city of Fortaleza in the state of Ceará, which has a total of 21 Professional Schools. The research was carried out in 3 Professional Schools. The participants were 3 sociology professors who work in these respective schools. As the Superintendence of State Schools in Fortaleza is divided into 3 major regions, one Professional School per region was chosen. Also, we chose to use structured interviews using the Google Meet platform. For data analysis, some categories were established.

RESULTS AND DISCUSSIONS: The fundamental concepts of the THESIS establish the principle that the school can be managed like a company, nevertheless failing to promote social integration. Educational policies relating to professionalization need to address social cohesion. Business management in education is based on the competence ideology. Overcoming social inequalities does not only occur with the expansion of the school system, nor with curricular reforms, even if business methodologies are used. In addition to educational reforms, social reforms are also essential.

FINAL CONSIDERATIONS: The Professional Schools of the State of Ceará, as a public social institution, cannot be guided by business management. A company aims at individual interests, such as profit, expansion of its activities and survival in the sector in which it

develops its activities. The State, in the republican perspective, aims to serve collective interests and maintain social cohesion and stability. The Teaching of Sociology, in the context of Professional Education, can be used both to promote social cohesion and to highlight the conflicting elements in that same society.

Keywords: professionalization; Sociology; management.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	OBJETIVOS.....	16
2.1	Objetivo Geral.....	16
2.2	Objetivos Específicos.....	16
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
3.1	O Ensino de Sociologia no Ensino Médio brasileiro.....	17
3.2	A Educação Profissional no Brasil.....	19
3.3	As Escolas Profissionais do Estado do Ceará.....	20
4	METODOLOGIA.....	23
4.1	Caracterização da pesquisa.....	23
4.2	Cenário da pesquisa.....	24
4.3	Participantes da pesquisa.....	24
4.4	Coleta de dados.....	24
4.5	Análise dos dados.....	25
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	26
5.1	Conceitos fundamentais da TESE.....	26
5.2	Elementos de coesão social da Sociologia para a Educação Profissional	35
5.3	Elementos de crítica social para a Educação Profissional.....	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE- Roteiro da Entrevista.....	63

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2008 foi de grande importância para a educação básica no Brasil: após um longo período de ausência desde 1942, as disciplinas de Filosofia e Sociologia retornaram ao currículo do Ensino Médio como disciplinas obrigatórias, através da Lei nº11.684/2008. E no Estado do Ceará foram implantadas as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), através da Lei estadual 14.273/2008.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a partir de 1942, a presença da Sociologia no Ensino Secundário- agora denominada especificamente colegial- começa a se tornar intermitente (BRASIL, 2006).

Durante o período de intermitência, com a conseqüente flexibilização da oferta da disciplina, há um padrão quando ela está presente no currículo: “(...)”, raramente aparecendo a Sociologia senão quando vinculada ao curso que, obrigatoriamente, deveria ser profissionalizante. Assim, quando aparece, a Sociologia está também marcada por uma expectativa técnica.” (BRASIL, 2006, p. 102).

Ainda que não estejam diretamente correlacionadas, o retorno da Sociologia no currículo escolar do Ensino Médio e criação das EEEP's no Ceará demonstra a relevância desse conteúdo na formação secundária e também na formação profissional. Para Florestan Fernandes (1955):

No que concerne à função geral do ensino das ciências sociais em um sistema educacional que o comportasse, o ponto em que insiste é o relativo às condições de vida política nas sociedades democráticas. Elas exigem capacidade pronta de escolha e de ajustamento rápido a situações extremamente instáveis, o que torna necessário um adestramento educacional prévio para o exercício contínuo de espírito crítico com base no conhecimento histórico-sociológico do meio social ambiente. (FERNANDES, 1955, p. 91).

Dessa maneira, quando há a consolidação do regime democrático em uma sociedade, torna-se fundamental o aperfeiçoamento do sistema educacional para a formação adequada de enfrentamento de questões coletivas das realidades sociais diversas. E no caso do Ensino Médio, articulado com a formação profissional, é

importante a formação acerca das variadas circunstâncias as quais um profissional técnico enfrenta durante o exercício de suas atribuições laborais.

As EEEP's têm como proposta levar tanto o ensino da Base Nacional Comum como também o ensino de um curso técnico escolhido pelo aluno, que passa por um processo seletivo para ingressar na escola. Para cumprir esse objetivo, os alunos permanecem na escola em tempo integral.

A Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) é um centro de educação da juventude que propõe a articulação do ensino médio com a educação profissional. A habilitação técnica ocorre concomitante ao Ensino Médio regular, na mesma instituição de ensino e com matrícula única. A organização curricular das EEEP's se constitui de formação geral, cultural e científica em conjunto à formação profissional dos discentes. (SILVERIO; ALBUQUERQUE, 2012).

O desenvolvimento do ensino profissional no estado do Ceará baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, em seu Capítulo III, o qual faz menção à Educação Profissional e o Decreto nº 5.154/2004, que veio regulamentar alguns parágrafos dos artigos 36, 39-41 da referida Lei (BRASIL, 1996).

A rede estadual cearense possui atualmente 119 unidades de ensino profissionalizantes em todo o Estado, sendo 21 delas somente no município de Fortaleza. Quando o projeto de implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional teve início no Ceará, no ano de 2008, quatro cursos técnicos foram escolhidos para inaugurar a união entre ensino médio e formação técnica para o mundo do trabalho: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho. (CEARÁ, 2020).

Para a escolha dos cursos foi utilizado como parâmetro o perfil sócio-econômico dos municípios e o projeto de desenvolvimento do governo estadual. São ofertados 52 cursos técnicos nas mais variadas áreas. Até 2017, 75719 alunos concluíram a formação técnica nas escolas de educação profissional do Estado. Os cursos que mais têm formado profissionais são Enfermagem, Informática e Redes. (CEARÁ, 2020).

As EEEP's têm sua definição básica em um modelo de gestão denominado Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional (TESE). As EEEP's tiveram como

referência o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO), localizado em Pernambuco, que definiu os princípios básicos das escolas profissionalizantes do Ceará: Protagonismo juvenil, Formação Continuada, Tecnologia Empresarial e Níveis de Resultados. (SILVERIO; ALBUQUERQUE, 2012).

A TESE foi desenvolvida com o intuito de levar conceitos gerenciais ao ambiente escolar. Baseado na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), essa proposta de gestão tem como lema: quem não planeja não executa; quem não mede não sabe de nada. A filosofia da TESE se assenta nos quatro pilares da educação contidos no relatório de Delors (1996): aprender a ser, a fazer, a conviver e a aprender. (SILVERIO; ALBUQUERQUE, 2012).

Jacques Delors (1996), ao refletir sobre as possibilidades para a educação no século XXI, acaba por criticar o ensino tradicional, enciclopédico:

Nesta visão prospectiva, uma resposta puramente quantitativa à necessidade insaciável de educação — uma bagagem escolar cada vez mais pesada — já não é possível nem mesmo adequada. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança. (DELORS, 1996, p.89).

Partindo de uma concepção mais ampla do processo educacional, Delors (1996) defende quatro tipos de aprendizagem: aprender a conhecer, que está relacionado com a assimilação do conhecimento, bem como a aprender a aprender; aprender a fazer, não apenas no aspecto laboral, mas também relacional; aprender a viver juntos, ou seja, entender a importância do trabalho em equipe e maneira adequada de gerenciamento de conflitos; e aprender a ser, no aspecto pessoal, do autoconhecimento e da contribuição pessoal para o enfrentamento das mais variadas situações sociais.

Nas escolas profissionais a TESE é implantada na agenda dos estudantes para a elaboração de seus projetos de vida, no qual é comparável a elaboração do plano de ação da própria escola, onde todos utilizam a mesma linguagem e os mesmos instrumentos para planejar e definir metas. Esta considera o cliente como fonte de vida, pois o mesmo é fundamental para o negócio acontecer, logo o objetivo da equipe é agregar valor às riquezas morais e materiais, pois são elas as

responsáveis pela existência da escola profissional em uma determinada localidade. (LOPES; CORREIA, 2013).

Os princípios da TESE servem de parâmetro para as cinco premissas das Escolas Profissionais, que são: Protagonismo Juvenil, Formação Continuada, Atitude Empresarial, Corresponsabilidade e Replicabilidade. O Protagonismo Juvenil está relacionado com o fato de que as Escolas Profissionais têm como objetivo a formação de posturas pessoais, sociais, produtivas e cognitivas de maneira ativa, e não apenas como um mero receptor de informações; Formação Continuada, não apenas do estudante, mas também do docente, ambos em contínuo aperfeiçoamento; Atitude Empresarial é ter objetivos e buscar resultados; Corresponsabilidade é o comprometimento de todos os atores sociais e instituições sociais envolvidas no processo educacional: docentes, núcleo de Delors (1996): aprender a ser, a fazer, a conviver e a aprender. (SILVERIO; ALBUQUERQUE, 2012).

A partir dos princípios da TESE, a estrutura curricular das Escolas Profissionais é desenvolvida: há a Base Nacional Comum, com as disciplinas do ensino propedêutico; Base Técnica, com as disciplinas do curso técnico escolhido pelo estudante; e existe a Base Diversificada, com as disciplinas de Empreendedorismo, Mundo do Trabalho e Projeto de Vida.

Além dos aspectos pedagógicos, as Escolas Profissionais, ao adotar a TESE, utiliza também elementos gerenciais para a gestão escolar dessas unidades de ensino. Linhares destaca os Princípios e Conceitos Fundamentais da TESE: a) Descentralização, com o envolvimento e comprometimento de todos os envolvidos na Escola; b) Delegação Planejada, com a graduação deliberação de tarefas outros membros da unidade escolar; c) Ciclo PDCA (Plan/Do/Check/Act) - Planejar, Executar, Acompanhar e Ajustar-com o objetivo de aprimorar os resultados do rendimento discente; d) Níveis de Resultados, que no contexto escolar é o aperfeiçoamento pessoal e profissional dos membros da equipe; e) Responsabilidade Social, que além da questão do ensino público de qualidade, promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade em que a escola está inserida; e f) Código de Ética, estabelecendo normas de conduta para os atores sociais envolvidos na comunidade escolar: educandos, educadores, educadores familiares, comunidade e parceiros. (LINHARES, 2015).

Linhares (2015), ciente das críticas em relação à TESE, procura estabelecer uma outra avaliação acerca dela:

Diante do exposto, percebe-se, também, que a TESE, em sua essência, almeja a formação de uma consciência empresarial humanística por todos os sujeitos que fazem parte da comunidade educacional, com foco na excelência do Ensino Médio público. Por esse motivo, alguns alvitram que, teoricamente, a TESE trata do “óbvio”, porém, seu exercício envolve conscientização e disposição para rever paradigmas, bem como assumir uma postura, derrubando obstáculos, e transformando-os em oportunidades de aprendizado e de sucesso. (LINHARES, 2015, p. 34).

Embora criticada acerca da ideia de resultados, o que significa verificação de aprendizagem através de avaliações formais, contudo as Escolas Profissionais do Ceará possuem elementos em seu currículo que estimulam a participação direta, a descentralização e a desconcentração.

Entretanto, entre o currículo e as ações sociais efetivas há ou não um hiato, a ser observado através do exercício da vigilância epistemológica, a ser realizada no cotidiano do Ensino de Sociologia no contexto escolar.

Entende-se que esse duplo papel da Sociologia como ciência – desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais – pode ser traduzido na escola básica por recortes, a que se dá o nome de disciplina escolar. Sabemos, mas sempre é bom lembrar, que os limites da ciência Sociologia não coincidem com os da disciplina Sociologia, por isso falamos em tradução e recortes. Deve haver uma adequação em termos de linguagem, objetos, temas e reconstrução da história das Ciências Sociais para a fase de aprendizagem dos jovens – como de resto se sabe que qualquer discurso deve levar em consideração o público-alvo. (BRASIL, 2006, p.107).

Compreende-se que os objetivos fundamentais da Sociologia na Educação são o estranhamento- questionar o que é familiar, padronizado- e a desnaturalização- refletir sobre o que é considerado “normal” e “natural”. Em relação ao contexto escolar, o exercício de reflexão sociológica é fundamental não apenas à atividade docente, mas também à própria Escola Profissional do Estado do Ceará.

Percebe-se que há um grande desafio na filosofia das Escolas Profissionais: realizar a combinação de princípios democráticos com elementos empresariais. Para o ensino de Sociologia é uma grande questão, que é a de realizar

as práticas de estranhamento e desnaturalização para com os alunos, ao mesmo tempo em que precisa refletir sobre critérios como qualidade e produtividade. Eis então o problema: Como se dá a relação entre o Ensino de Sociologia e as propostas de ensino estabelecidas nas Escolas Profissionais do Estado do Ceará?

Refletir acerca das Premissas da TESE, bem como as suas propostas, é entender que abordar o funcionamento da Gestão de Empresas, e a sua consequente aplicação na Gestão Pública, é aprofundar-se no entendimento da Administração de Empresas em suas concepções mais recentes, bem como um aperfeiçoamento da Sociologia da Educação para compreender a Educação Básica, pouco debatida no pensamento social brasileiro.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre os conceitos fundamentais da TESE e o Ensino de Sociologia nas Escolas Profissionais do Estado do Ceará.

2.2 Objetivos Específicos

- Refletir sobre a presença da estratégia empresarial na educação básica;
- Descrever as propostas do ensino de Sociologia no Ensino Médio.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O Ensino de Sociologia no Ensino Médio brasileiro

Guimarães Neto, Guimarães e Assis afirmam que a Sociologia é resultado direto do século XIX, contexto da Revolução Industrial e das Revoluções Burguesas. Ao contrário das Ciências da Natureza, que buscam uma certa singularidade, nas Ciências Sociais há a pluralidade de interpretações e conceitos. Mas apesar das várias possibilidades de atuação profissional, a educação é o principal campo de atuação dos profissionais de Ciências Sociais, o que resulta em algumas implicações:

Um importante desdobramento da teoria sociológica remete-se de imediato ao campo da educação. Não apenas por muitos sociólogos se tornarem professores, mas por constituir um subcampo de interseção entre a sociologia e a educação, para a qual a necessidade de compreender filosófica e cientificamente a sociedade se traduz em um conjunto de necessidades associados à formação do homem que vai atuar nela, o cidadão. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 19).

Entretanto, essa presença na educação está relacionada ao Ensino Superior, onde a Sociologia possui presença constante e consolidada. O mesmo não se pode afirmar acerca da Sociologia no Ensino Médio, marcada pela intermitência. No contexto brasileiro, o desenvolvimento da Sociologia ocorre no contexto da industrialização e urbanização, nos anos 1930 do século XX. Nesse momento, a influência era do Positivismo, enfatizando a moralidade e o civismo. Após um período de democracia – 1946 a 1964 – ocorre um novo Estado de Exceção. Dessa vez, a Sociologia estará relacionada com o Marxismo, ocorrendo em outras consequências:

(...), essa associação acabou por representar um custo alto para que a Sociologia retomasse seu caminho como disciplina indispensável à formação do estudante de nível médio. Afinal, o anticomunismo era compartilhado não só pelas elites governantes, mas também por boa parte da classe média e da opinião pública, naquela época. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 22).

Ao retomar sua participação no currículo do Ensino Médio, preocupa-se com a formação para o exercício da cidadania, essa baseada na ideia de igualdade dos indivíduos em relação ao Estado e às leis. Essa preparação para a cidadania na Escola Secundária é com a compreensão da importância da Escola enquanto instituição socializadora. O objetivo da Sociologia nessa etapa de ensino é a prática da Imaginação Sociológica, termo de Charles Wright Mills que designa a Sociologia como um instrumento para identificar o conjunto de relações e significados existentes na realidade social, a separação do público e do privado, bem como o campo da individualidade e da institucionalidade. (NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012).

A presença da Sociologia, no Ensino Médio, não é com o objetivo enciclopédico, mas interpretativo. Mesmo no contexto da Educação Profissional, essa preparação torna-se fundamental, devido as experiências que a profissionalização acarreta em termos de papéis sociais e processos sociais, exigindo assim um exercício de reflexão do multiculturalismo existente na realidade socioeconômica brasileira.

Apesar do empenho em realizar a reflexão da própria realidade do aluno, Guimarães Neto, Guimarães e Assis afirmam a necessidade das aulas de Sociologia serem permeadas com a discussão acerca das Nova Ordem Mundial, com a meta de esclarecer que as inovações tecnológicas são resultados diretos da industrialização, iniciada no século XVIII. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012). Ainda que o saber local seja fundamental, é indispensável a conexão com os aspectos macrossociológicos, que analisam a formação da sociedade moderna, ainda que em algumas regiões isso se desenvolva de diversas maneiras.

Além da conexão local e geral é importante a utilização adequada das novas tecnologias. Os referidos autores denominam a atual juventude como *screenager*, ou seja, a juventude das telas. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012). Nesse cenário de mídia e consumo, é importante atividades em sala de aula em que ocorra a reflexão acerca de produtos, marcas, esportes, enfim os elementos que auxiliem na compreensão das suas respectivas identidades, bem como aos grupos sociais aos quais eles pertencem ou são aceitos.

O trabalho em sala de aula precisa da compreensão inicial de que o objetivo não é formar sociólogos, mas possibilitar a formação cidadã, ou seja, pensar a

realidade sociedade com a referência dos conteúdos e conceitos sociológicos. (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012). Desta maneira, a atividade em sala de aula necessita de referenciais práticos.

Além dos conceitos e temas, são importantes os debates e seminários temáticos, como forma de permitir o diálogo, encerrando com uma produção escrita; e a atividade de pesquisa, com a explicação das variadas etapas da pesquisa científica.

3.2 A Educação Profissional no Brasil

Deitos e Lara (2016) afirmam que a oferta da Educação Profissional no Brasil possui um conflito de ordem ideológica que interfere diretamente nas políticas educacionais referentes a esse setor: o embate entre a concepção de educação como preparação para as demandas empresariais e a concepção de educação enquanto formação mais abrangente, que aborde outros aspectos e atenda outros segmentos sociais.

Nesse embate, de acordo com os referidos autores, prevalece a primeira concepção:

Uma visão hegemônica de liderança socioeconômica e política de setores empresariais, configurada como representação da classe proprietária dos meios de produção e, desse modo, promotora de determinada visão social e ideológica sobre educação e formação profissional, supostamente necessária aos mecanismos de funcionamento da sociedade, produz políticas formativas capazes de atender aos seus interesses imediatos e, contraditoriamente, negar o atendimento coletivo das necessidades educativas e culturais para o conjunto da população.(DEITOS; LARA, 2016, p.169).

Permaneceu no Brasil a concepção de Educação Profissional voltada para a formação de mão de obra para satisfazer os interesses das grandes corporações, sejam elas nacionais ou internacionais. A Educação Básica, em vez de colaborar para o desenvolvimento econômico e social, termina por reforçar a manutenção das desigualdades sociais:

A educação acaba sendo associada ideológica e economicamente ao processo de produção e à competitividade econômica. O campo em que sujeitos sociais vendem sua força de trabalho para subsistir determina as mediações sociais exigidas nos processos educativos e, em especial, os requisitos educativos e de formação profissional da força de trabalho demandada em circunstâncias produtivas e socioculturais necessárias ao processo produtivo, sob a égide da globalização do capital. (DEITOS, 2011, p.121 *apud* DEITOS; LARA, 2016, p.179).

Em relação as Escolas Profissionais do Estado do Ceará, além da concepção de formação profissional empresarial, há uma outra concepção acerca de Ensino Médio: a de etapa preparatória para a admissão no Ensino Superior. Além da Formação Técnica, há uma intensificação de esforços acerca da aprovação nos exames admissionais das Instituições de Ensino Superior Públicas, sejam elas federais ou estaduais.

Pode-se perceber duas tendências brasileiras manifestadas através da execução da política educacional cearense: a primeira é a de modernização conservadora, ou seja, buscar modificar, mas, ao mesmo tempo, manter antigas estruturas e práticas. A segunda é a manutenção da concepção do Ensino Médio como preparatório para o Ensino Superior, reforçando a “Cultura do Bacharel”, presente desde o Brasil Império. A estrutura curricular manifesta esse conflito de concepções: uma Base Nacional Comum, com a estrutura propedêutica; a Base Técnica, com a formação profissional; e a Base Diversificada, com as propostas de uma educação abrangente.

3.3 As Escolas Profissionais do Estado do Ceará

Conforme o que já foi exposto, as Escolas Profissionais do Estado do Ceará tiveram o início de suas atividades em 2008. Essa política educacional é resultado de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado Ceará. Tal iniciativa é resultado do Programa Brasil Profissionalizado. Iniciativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Brasil Profissionalizado foi criado do Decreto nº 6. 302, de 12/12/2007. O Programa tem como finalidade a ampliação do Ensino Médio articulado com a formação técnica, a partir da ampliação de Escolas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica. Os recursos do programa são transferidos

para os Estados por meio da assinatura de Termos de Compromissos, para serem aplicados tanto em instalações físicas como em formação pedagógica. Entre 2007 e 2016, o Programa atendeu instituições de educação profissional em 24 Estados da Federação, com 86 novas escolas e 256 novas ampliações e reformas de escolas já existentes. O Brasil Profissionalizado é gerenciado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL, 2021).

Entre os anos de 2008 à 2014 foram investidos R\$1.036.097.010,22, sendo 71% dos recursos provenientes do Governo do Estado e 29% do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE)/MEC. Os referidos recursos foram utilizados em construção e reformas de escolas, pagamento de professores e manutenção da rede. Os gastos com custeio, considerando o mesmo período de 2008 a 2014, foi de R\$ 435.904.666,11. (CEARÁ, 2021) Do total investido, 53% correspondem a obras, 23% com contratação de Professores da Base Técnica. Em relação aos gastos com custeio, 51% correspondem ao item material de consumo de despesas fixas e 47% com alimentação dos educandos. (CEARÁ, 2021).

Para garantir o pleno funcionamento das Escolas Profissionais foi criada a Coordenadoria da Educação Profissional (COEDP), através do Decreto 30.282, de 04/08/2010. Em parceria com a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR) e com as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), a COEDP tem, dentre outras, as seguintes competências: definir e implementar o modelo de gestão e pedagógico das ETEPs; garantir a sustentação e continuidade da rede de escolas de educação profissional; e definir objetivos, metas e o padrão de funcionamento das ETEPs, garantindo a infraestrutura necessária para a sua atuação. (CEARÁ, 2021).

A COEDP tem como células: Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico (CEDET); Célula de Estágios (CEEST); e Célula de Gestão de Materiais (CEGEM). Essas células foram criadas pelo Decreto 29.705, de 8 de abril de 2009. (CEARÁ, 2021).

As Escolas Profissionais funcionam em tempo integral, das 7 às 17 horas. No último ano do curso, o aluno recebe uma bolsa estágio para cumprir o estágio curricular obrigatório. Embora a Lei Federal 11788, de 25/09/2008 determine a

obrigatoriedade do pagamento de bolsa apenas para estágio curricular não obrigatório, Alencar destaca que o pagamento de bolsa no estágio curricular obrigatório trata-se de uma estratégia do Governo do Estado do Ceará para manter a permanência do aluno, bem como proporcionar um melhor aproveitamento do curso. As bolsas são financiadas pelo Governo do Estado. Não há ônus financeiros para as empresas. (ALENCAR, 2015).

A partir do ano de 2010, as Escolas Profissionais do Estado do Ceará foram construídas de acordo com o denominado Padrão MEC. São escolas com 5500 metros quadrados de estrutura, com 12 salas de aula, auditório, bloco administrativo, refeitório, biblioteca, laboratórios de informática, idiomas, base técnica e científica – química, física, biologia e matemática. Até 2019 eram 122 Escolas Profissionais em todo o Estado do Ceará. Dessas, 80 são Padrão MEC. As 42 escolas foram escolas adaptadas para o Ensino Profissional. Eram antigas escolas regulares. (CEARÁ, 2021).

Importante destacar que, de acordo com a Lei Federal 11.741, de 16/07/2008, a educação técnica de nível médio articulada é desenvolvida de forma integrada, ou seja, na mesma instituição de ensino, com matrícula única para cada aluno, para egressos do ensino fundamental.

4 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2002, p. 2012), "Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade". Para tanto, o procedimento metodológico deve abarcar um conjunto de técnicas que possibilitem compreender a realidade. (SEABRA, 2001).

4.1 Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa do tipo explicativa, uma vez que busca analisar as circunstâncias para a ocorrência de determinados fenômenos, como é o caso da TESE e sua relação com o ensino da Sociologia no contexto das EEEP's. Gil (2008) destaca outros aspectos da pesquisa explicativa:

Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isto não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possam obter explicações científicas. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado. (GIL, 2008, p. 28-29).

Quanto à abordagem optou-se pela utilização do método qualitativo, uma vez que lida com o universo dos significados, aspirações, motivos, atitudes, crenças e valores, abrangendo assim áreas mais profundas das relações, processos e fenômenos. (MINAYO, 2007).

Ainda sobre pesquisa qualitativa:

Em termos gerais, os estudos qualitativos envolvem a coleta de dados utilizando técnicas que não pretendem medir nem associar as medições a números, tais como observação não estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências pessoais, história de vida, discursos cotidianos, interação com grupos e comunidades. (SAMPIERI, 2006, p.10).

Nesse tipo de abordagem o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado.

4.2 Cenário da pesquisa

O cenário de execução da pesquisa foi o município de Fortaleza/CE, que possui ao todo 21 Escolas Profissionais. A pesquisa foi desenvolvida em 3 Escolas Profissionais.

4.3 Participantes da pesquisa

Os participantes foram 3 professores de Sociologia que atuam nessas respectivas escolas. Como Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza são divididas em 3 grandes regiões, foram escolhidas uma Escola Profissional por região, conforme disponibilidade dos professores de participarem da entrevista.

4.4 Coleta de dados

Para alcance dos objetivos propostos, optou-se pela utilização de entrevista estruturada. De acordo com Gil (2008, p.113): “A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número.”

A entrevista com os professores foi realizada através da plataforma Google Meet. O contato com os referidos professores deu-se a partir dos núcleos gestores das respectivas escolas.

4.5 Análise dos dados

O objetivo central da análise dos dados é o fornecimento de respostas para o problema apresentado. Nesse sentido, a técnica utilizada para analisar o material coletado nas entrevistas foi o de estabelecimento de categorias. Para Gil (2008), a possibilidade de agrupar grandes números de respostas em um número pequeno de categorias ocorre a partir de um princípio de classificação.

As categorias elaboradas a partir dos temas expostos nas entrevistas são: Conceitos fundamentais da TESE; Elementos de coesão social para a Educação Profissional; Elementos de crítica social para a Educação Profissional. Tais categorias são relevantes para o estudo porque possibilitam uma compreensão acerca das definições norteadoras das Escolas Profissionais do Ceará, bem como das possibilidades de atuação da Sociologia nessa organização escolar.

O percurso metodológico para a análise dos dados teve as seguintes etapas: 1) Leitura minuciosa das entrevistas; 2) Identificação das categorias convergentes e divergentes, organizando-as em tabelas; 3) Escolha das categorias relevantes para o estudo; 4) Descrição e discussão das categorias através de fundamentação teórica e dos discursos dos sujeitos da pesquisa.

Na exposição dos discursos dos sujeitos da pesquisa, as pessoas serão nomeadas segundo a ordem em que foram entrevistadas: Entrevista 1, Entrevista 2 e Entrevista 3, aparecendo no texto com a seguinte nomeação, respectivamente: E1, E2 e E3. A Entrevista 1 foi realizada em 14/09/2020, a Entrevista 2 em 19/10/2020 e a Entrevista 3 em 23/01/2020.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Conceitos fundamentais da TESE

Esta categoria foi a única do estudo que teve participação da maioria dos entrevistados da pesquisa. Presume-se que isto seja devido ao fato de esta categoria trazer justamente o que há de fundamental relativo à TESE; tal categoria, portanto, retratou um conhecimento que é bem difundido entre os sujeitos do estudo.

De acordo com o Manual Operacional Modelo de Gestão- Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), os conceitos fundamentais da TESE são: Descentralização, Delegação planejada, Ciclo PDCA, Níveis de Resultados e Responsabilidade Social. (ICE, 2008).

Descentralização significa deslocar os mais diversos processos decisórios existentes na Escola do centro de decisões (Secretaria de Educação) para o contexto local. Para uma descentralização eficaz são necessários os seguintes elementos: Disciplina, não relacionada com autoritarismo, mas a participação de todos no processo; Respeito, onde há uma possibilidade de participação de líder e liderados; e Confiança, que é uma conquista tanto afetiva como profissional. (ICE, 2008).

Mesmo em um ambiente orientado pela Tecnologia Empresarial, percebe-se que há um elemento de subjetividade, pautada nos afetos. Os ambientes organizacionais, no caso aqui Escola e Empresa, foram desenvolvidas a partir do que convencionou-se denominar de Modernidade. Para Giddens, a Modernidade pode ser definida como um tipo de organização social surgida na Europa a partir do século XVII. Para que essa organização social fosse desenvolvida, foram necessários três fatores: separação entre tempo e espaço, desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e apropriação reflexiva do conhecimento. A confiança é fundamental em ambientes de risco, porque servem como proteção contra perigos. (GIDDENS, 1991).

A proposta da TESE é uma participação plena dos atores sociais envolvidos no contexto escolar, como uma democracia direta no contexto organizacional. No contexto da Escola Profissional, entretanto, essa descentralização possui outra conotação:

Os gestores que aplicam, que deveriam ser os alicerces da aplicação, e quando falo gestor não é apenas diretor e escola, diretor da escola ou coordenador, quando falo de gestor envolve aí é, é, os coordenadores das CREDES, o Superintendente até chegar na Seduc, que muitas coisas estão para além da, da capacidade do diretor ou do coordenador decidir, né, têm ordens que vêm de cima e quem tá na gestão direta da escola tem que obedecer e pronto. (E2).

Para Laval (2004), a descentralização é uma resposta acerca da centralização promovida pela burocracia. Mas essa descentralização não tem como objetivo redemocratizar efetivamente a escola:

O novo modelo de gerenciamento público consiste em deixar ao Estado o cuidado de fixar as grandes linhas e os fins últimos e a dar às unidades autônomas de base a missão de os atingir ou de se aproximar deles como uma maior latitude no uso dos meios.” (LAVAL, 2004, p.238).

O objetivo da descentralização empresarial no contexto das Escolas Profissionais do Ceará não é uma redemocratização da administração escolar, mas as discussões acerca de como alcançar um aperfeiçoamento nos seguintes quesitos: avaliações internas; avaliações externas e um desempenho nos estágios dos cursos técnicos. São os Níveis de Resultados, que serão discutidos mais adiante. Essa descentralização com o objetivo de aperfeiçoamento técnico resulta também em uma hierarquização acerca dos conteúdos existentes nos currículos dos cursos técnicos:

Porque existe um discurso escancarado de que eu posso, eu preciso dar espaço da minha disciplina para as disciplinas técnicas, é, os professores técnicos têm direitos que eu não tenho, e isso fica visível para os alunos, da mesma forma que fica visível para os alunos que eles precisam ter um comportamento “x” com os professores técnicos e um comportamento “y”, mais básico, com os professores da base comum. (E1).

A descentralização existente nesse contexto não estabelece assim um aperfeiçoamento das relações de poder existentes na Escola Profissional. Estabelece critérios gerais a serem alcançados. O Planejamento Pedagógico existente é para atingir os referidos parâmetros. Disso resulta uma desigualdade também acerca do rendimento estudantil: há uma “seleção”, por parte dos estudantes, dos conteúdos que merecem ser levados em consideração com uma maior ou menor intensidade,

ocasionando assim conflitos nas relações entre discentes e os docentes das disciplinas que não são denominadas por esses como relevantes para um maior empenho pessoal.

Ao lado da Descentralização, há um outro conceito fundamental na TESE, que é a Delegação Planejada. De acordo com Linhares (2015):

A delegação de poderes e responsabilidades requer mais que informações, exigindo do líder o autoconhecimento e o conhecimento do outro. A partir daí, nasce a confiança, em si mesmo e no liderado. A delegação é planejada por ser dirigida e gradualmente exercitada por meio de tarefas simples. À medida em que o gestor vai delegando, vai formando a pessoa. Paulatinamente, por meio da Educação pelo Trabalho, o liderado vai sendo preparado e assumindo missões pontuais, até se tornar apto a assumir tarefas mais complexas. Qualquer tarefa ou missão precisa ser discutida e entendida de modo a gerar comprometimento e confiança. (LINHARES, 2015, p.42).

Ao longo das atividades administrativas e pedagógicas nas Escolas Profissionais do Ceará, a proposta da TESE é o desenvolvimento da autonomia dos atores sociais existentes na Escola, complementando a descentralização e promovendo o protagonismo docente e juvenil. Essa Delegação Planejada também encontra – se presente em sala de aula, em alguns contextos:

Uma das ações que eu realizo e quando eu trabalho a delegação planejada também como complemento desse processo da replicabilidade, eu levo sempre o meu aluno a ter autonomia, e como é essa autonomia dele? Uma coisa que eu gosto muito de fazer, Professor Thiago, é debates. É o momento que você percebe a desenvoltura do teu aluno. (E3).

A Delegação Planejada, no contexto da sala de aula, propõe o questionamento da aula denominada tradicional, com a ênfase nas aulas expositivas e em verificação de aprendizagem através de avaliações escritas. Principalmente no caso da disciplina Sociologia, uma das Ciências Humanas, possibilitar a expressão do aluno possibilita uma compreensão do seu contexto social, bem como permite uma modificação da concepção acerca do Professor, que deixa de ser o detentor do saber, tornando-se um mediador do processo de ensino e aprendizagem. Esse conceito é

uma proposta não apenas de aperfeiçoamento técnico, mas também de caráter político.

Eu tenho alunos hoje já adentraram aí pro universo da política, e, e já que querem aí levar conhecimentos sociológicos, conhecimentos filosóficos, conceitos de teoria política, conceitos de ciência política, e já querem aplicar, né, (risos), e isso me dá um orgulho, isso me dá um orgulho por que, porque eu vi aquele aluno evoluir, eu vi aquele aluno crescer né, e aí você percebe como a TESE faz uma diferença, né, como a TESE ela, dentro dos seus pilares, como ela transforma aquele aluno. (E3).

Conforme já foi exposto, embora ocorram exemplos de formação de lideranças políticas no contexto escolar, bem como a adoção de metodologias de ensino não tradicionais nas Escolas Profissionais do Ceará, contudo esse gerenciamento empresarial convive no contexto estatal, com uma estrutura burocrática, modelo administrativo no qual predomina a centralização.

Para Laval, descentralização e desconcentração não significam crescimento democrático. Permite que o Estado mantenha as decisões estratégicas, deixando os outros níveis, intermediário e externos a condição de tomarem decisões, desde que não questionem a administração estatal (LAVAL, 2004). Dessa maneira, o fato de novas lideranças políticas ou novas formas de avaliação surgidas no contexto escolar não resulta em uma democratização da Escola Profissional, predominando assim a ênfase no ensino técnico e no ensino propedêutico visando aperfeiçoamento em avaliações.

Um elemento fundamental para as Escolas Profissionais, em termos de planejamento administrativo e pedagógico, é o Ciclo PDCA (Plan – Do – Check – Act). Muito presente nos Planejamentos Anuais das Escolas Profissionais e nos Planejamentos Docentes, PDCA significa:

As letras que formam o nome do ciclo, PDCA, significam em inglês: Plan, Do, Check, Action, que em português implicam em: Planejamento, Execução, Verificação, Ação Corretiva. Cada medida faz parte dos passos básicos do ciclo concebido por Shewhart e aprimorado posteriormente por Deming. (ROCHA; DUARTE, 2015, p.1).

O ciclo PDCA, utilizado inicialmente na Administração da Produção, é aperfeiçoamento da Administração Científica. Taylor já utilizava o plan – do – see (planejar – fazer – ver), refletindo esse tipo de organização da produção industrial na linha de montagem, visto ser um sistema linear. A transição da linearidade para um planejamento cíclico ocorreu com Walter A. Shewhart nos anos 1930. Deming aperfeiçoou o ciclo nos 1950, ao levar esse método para o Japão. Oribe afirma que o termo PDCA deve – se a Deming, visto que Shewhart utilizava plan – do – see. O contato com japoneses motivou a utilização do termo PDCA, com termo see para muito além de verificar, mas também o de tomar uma atitude, completando assim o ciclo da Administração da Produção. (ORIBE, 2009).

Esse modelo de organização saiu do contexto industrial e passou a ser utilizado em outros setores organizacionais, dentre eles a Administração Escolar, presente também no planejamento docente:

Então nas minhas práticas de aula, é uma forma que eu procuro trabalhar justamente nesse caminho também, eu planejei uma aula, planejei um projeto, planejei uma ação, uma intervenção pedagógica qualquer, vou executá – la, vou procurar verificar, acompanhar de perto e verificar onde houve algum tipo de falha e onde houve acerto, e aí depois corrige, é, ao final do processo, corrijo para justamente e evoluindo ao longo do ano, quando é com a mesma turma, e para o ano seguinte, na medida que a turma, no caso do ensino profissionalizante fica, é, nós ficamos três anos com os alunos, né, então é a vantagem da escola profissionalizante, você tem ali o aluno três anos na sua mão, à sua disposição, você acompanha ele do primeiro ao terceiro ano. Isso é algo positivo, no meu entender. (E2).

As atividades pedagógicas, nas Escolas Profissionais são orientadas a partir desse ciclo. Embora as Escolas Profissionais do Ceará sejam de criação relativamente recente – iniciaram suas atividades em 2008 – utilizam uma metodologia administrativa utilizada mundialmente há mais de 70 anos. Esse modelo de planejamento é criticado pelo próprio docente que afirma a sua utilização:

Eu acho que ao longo doze anos mais ou menos de escola profissionalizante no Ceará acho que o modelo TESE ele precisa também fazer esse, essa roda girar, né, essa dialética acontecer, tem que ter essa, esse giro. Não se pode achar que o que era a educação brasileira 2008, que a situação Ceará 2008 é a mesma agora de 2020, e esse próprio modelo PDCA é um modelo de gestão que já se falava antes no meio empresarial, no modelo administrativo muito antes. Então nós estamos ainda correndo contra o relógio atrasados

um pouco ainda quando se fala de formas mais humanas de gestão, né, para a escola. (E2).

O referido docente utiliza o termo dialética porque compara o ciclo PDCA ao processo dialético:

[...] esse ciclo PDCA algumas pessoas não conseguem entender que isso é basicamente um, uma leitura do que seria a dialética, uma evolução dialética, um processo dialético de evolução, de ação, de pensamento. Então nesse próprio ciclo PDCA podemos encará-lo, lê-lo como uma forma de dialética, seja ela materialista – marxista ou idealista – hegeliana, dá no mesmo, a dialética dá no mesmo, no sentido, se seja por ideia ou seja por materialidade tanto faz, o que importa é o movimento, [...] (E2).

Sob essa ótica, tanto o ciclo PDCA como a Dialética são métodos que tomem como referência a ideia de movimento, contudo possuem as suas diferenças enquanto objetivos. Como mencionado, o ciclo PDCA é um planejamento administrativo inicialmente projetado para resultados produtivos no setor industrial. Para Santos Neto: “A categoria da dialética tem como corolário essencial o entendimento da realidade de forma verdadeiramente fluída e paradoxal. A contradição é uma das peças elementares para o entendimento do processo de investigação dialética.” (SANTOS NETO, 2011, p.138).

Dessa maneira, enquanto no ciclo PDCA há um esforço para a conquista da realização de objetivos em termos de produção econômica, a Dialética é um método de pensamento da realidade – e com Marx a realidade social – a partir da ideia de que há elementos contrários, opostos, e que esses elementos entram em conflito, e a partir desse conflito é que as mudanças ocorrem na realidade. Embora ambos tenham algo em comum – a ideia de movimento – o ciclo PDCA planeja as mudanças em um ambiente de relativa estabilidade, a Dialética pensa nas mudanças a partir das contradições, resultando, em muitas ocasiões, em instabilidades, algo que incomoda o ambiente empresarial.

O ciclo PDCA é um dos conceitos fundamentais da TESE porque auxilia metodologicamente no objetivo principal das Escolas Profissionais do Ceará: realizar a Administração Escolar Pública através da visão gerencial. Para Laval, o

gerenciamento educativo é orientado pela ideia de eficácia, e não a de conflito, ideia essa presente na democracia. (LAVAL, 2004).

A metodologia do ciclo PDCA é utilizada para fundamentar um outro conceito fundamental da TESE: os níveis de resultados. De acordo com a TESE:

As empresas são criadas por prazo indefinido, para se consolidarem no mercado, para serem perenes, mediante a integração sinérgica e produtiva das pessoas que lhes dão vida. Os resultados alcançados são diretamente proporcionais ao ciclo de vida da organização: sobrevivência, crescimento e sustentabilidade. Cada um desses níveis é suporte para o seguinte. Não são estáticos, interligam-se. (ICE, 2008, p. 12,13).

Na fase de sobrevivência, o importante é sair da etapa da subsistência, situação empresarial em que a receita é igual a despesa. Os aspectos envolvidos nessa fase são: produtividade, que expressa na relação entre recursos (humanos e de material) e os serviços produtivos; liquidez, que em Economia significa a capacidade de um bem ser convertido para dinheiro; e imagem, relacionada com a aprendizagem dos alunos e bons resultados nas avaliações externas. (ICE, 2008)

Na etapa crescimento, a questão está na eficácia. Enquanto na sobrevivência a ênfase está na eficiência, no crescimento o objetivo é a eficácia. Para Pinto e Coronel (2017):

Entretanto, existem duas palavras para indicar e identificar o bom desempenho de uma organização. Na realidade, são duas formas de analisar as mesmas questões e que estão relacionadas a eficiência e a eficácia. Assim, enquanto o foco da primeira é nos meios de utilização o da segunda é nos resultados. O dilema entre esses dois aspectos surge na ideia de que as organizações podem ser eficientes e eficazes ao mesmo tempo, o que é a situação ideal, porém, podem ser eficazes sem ser eficientes e serem eficientes sem alcançar eficácia. (PINTO; CORONEL, 2017, p.108).

Na sobrevivência, o fundamental é atingir objetivos. No crescimento, administrar melhor os diversos tipos de recursos. Na sustentabilidade, a meta são os impactos, que no caso das Escolas Profissionais são os resultados, a formação de novas lideranças e a contribuição para o desenvolvimento - social, econômico, tecnológico, empresarial e cultural – no contexto em que estiver inserido. (ICE, 2008).

Da maneira como está elaborada, a TESE estabelece o princípio de que a Escola pode ser gerenciada como uma empresa. Para Laval, a escola não pode ser uma empresa. De acordo com esse autor, o gerencialismo empresarial na Educação resulta numa mudança de categoria na Escola: de Instituição para Organização. (LAVAL, 2004).

Nessa perspectiva, a Escola deixa de ter como objetivos a integração dos indivíduos em relação à sociedade, o estabelecimento de regras e padrões de comportamento para as demais instituições sociais, para tornar – se um espaço onde o que importam são desempenhos satisfatórios em avaliações e em saberes aplicados para a profissionalização técnica, planejando a continuidade dos estudos discentes no Ensino Superior.

O Gerenciamento Educacional não tem como enfrentar as questões sociais existentes na Educação Básica Pública. As diversidades étnicas, as desigualdades sociais, as carências dos mais variados tipos de recursos – humanos e financeiros – não serão solucionadas com uma metodologia administrativa empresarial, onde o importante é a produtividade e o crescimento econômico.

Laval aponta que, no início da formação das repúblicas, durante o século XIX, o objetivo da escola era a formação do cidadão como uma maneira para equilibrar as tendências dispersivas existentes nas sociedades ocidentais. No século XX, após a crise do Welfare State, as reformas liberais possuem como objetivo a formação profissional, e com isso a satisfação dos interesses individuais, em detrimento do interesse coletivo. (LAVAL,2004).

No contexto brasileiro, uma nova Constituição foi promulgada – em 1988 – com um objetivo de coesão social inspirada no Welfare State europeu. Entretanto, a partir dos anos 1990 houve a adoção da flexibilização e da terceirização nas administrações empresariais e públicas, inviabilizando assim a possibilidade da construção de uma educação pública para a formação cidadã.

Há muitos que falam da questão de que a escola visa por resultados, mas sabe-se que resultados né resultado de qualquer jeito, o resultado não é você fazer apenas, é, nós somos uma escola, a escola não tá ali apenas para gerar números, escola tem que se preocupar com o aprendizado do aluno, com a formação plena do aluno, não é apenas a formação para o, é, o mercado de

trabalho, eu não tô criando uma máquina, eu tô criando um ser humano, [...] (E2).

Há nas Escolas Profissionais esse conflito de propostas: uma escolarização orientada para a formação cidadã, presente nas Ciências Humanas – Sociologia, Filosofia, História, Geografia – e uma formação voltada para a profissionalização e fortalecimento das capacidades individuais.

A maneira como a TESE procura adequar o Gerencialismo Empresarial na Educação é a partir da Responsabilidade Social:

Responsabilidade Social vai além de um conceito. É uma prática já incorporada à cultura de algumas grandes empresas. É a consciência de que governos sozinhos não conseguem equacionar questões crônicas e estruturais. A responsabilidade social é a manifestação do compromisso e da responsabilidade com o bem comum, contribuindo para a criação de condições que permitam uma vida digna para todos. (ICE, 2008, p.14).

A Responsabilidade Social Empresarial começou a ser discutida nos Estados Unidos nos anos 1950 e na Europa nos anos 1960, transformando – se em campo de estudos a partir dos anos 1970. A Responsabilidade Social Empresarial envolve ações de preservação ambiental, mudança na relação com os trabalhadores e a comunidade local. Essa definição surge no contexto pós - Segunda Guerra Mundial, com as reflexões acerca dos modelos de industrialização e de administração da produção e de recursos humanos, bem como a surgimento das atenções para com a questão ambiental.

Embora presente na TESE, a Responsabilidade Social Empresarial é pensada para os contextos organizacionais. A Escola é uma Instituição Social, com objetivos formativos e instrucionais. Ainda que possa ter relevância local, grandes alterações nas relações sociais de trabalho e em relação ao meio ambiente são abordadas na Escola, mas precisam ser realizadas nos ambientes relacionados com as manutenções de estruturas de poder, como as empresas e os Estados.

Costella (2012) apresenta uma outra concepção de Responsabilidade Social para a Escola:

A escola, como espaço de responsabilidade social, tem como parâmetro de ação a interpretação e o desenvolvimento de competências ou capacidades ou ainda de complexas reações reflexivas. Essas capacidades que vão além dos conteúdos significam a escola como um momento de acontecimentos inesquecíveis e necessários. Nela se aprende sim capacidades ou competências atitudinais, ou seja, reflexões sobre a atuação contínua na sociedade, a posição e a reflexão da cidadania. (COSTELLA, 2012, p.88).

Ainda que trabalhe com a ideia de competência, demonstrando assim uma influência da ideologia da competência (que será discutida mais adiante), contudo a referida autora apresenta uma outra concepção de Responsabilidade Social, onde há uma preocupação para além dos conteúdos. Isso demonstra uma preocupação com as pluralidades existentes no contexto escolar, bem como ressignificar a própria concepção de Escola, de ser um espaço apenas para verificação de aprendizagem. Uma superação do modelo massificador fordista para uma concepção que respeite as capacidades individuais e os contextos de cada estudante, pensando nas suas especificidades.

5.2 Elementos de coesão social da Sociologia para a Educação Profissional

Um dos elementos mais abordados no contexto escolar é a questão da organização e disciplina. De acordo com a TESE, disciplina não significa autoritarismo, mas o envolvimento de todos na organização, visando objetivos comuns. (ICE, s.d). Ainda que existam objeções ao gerenciamento empresarial, contudo há o reconhecimento da importância de elementos sociais que possibilitem a estabilidade social. A Sociologia nas Escolas Profissionais não apenas explicita os conflitos, mas também busca refletir acerca de consensos:

Eu acredito que, Thiago, se nós ouvirmos os estudantes, então, é, é, isso que eu tendo a fazer, os conflitos vão estar presentes, certo? [E – Sim] Como também, né, é, é, a, os consensos, então de acordo com a tendência, a teoria que você está trabalhando, você pode explorar isso, né, mas o fato é que você precisa dar – lhes a oportunidade de falar sobre eles mesmos, sobre esse contexto, sobre essa condição estudantil, que é uma condição, como você mesmo disse, muito conflituosa, né, não é uma condição harmônica, nunca vai ser, né, eles fazem muitas críticas, questionamentos, e eu acho que a partir desses questionamentos você pode ,sim, iniciar uma aula fabulosa, sobre funcionalismo, sobre o materialismo, e assim sucessivamente. (E1).

Dessa maneira, o funcionalismo, embora muito relacionado com o conservadorismo, é importante não apenas para o trabalho docente em sala de aula, como também para a análise das instituições sociais, no caso as Escolas Profissionais:

Para Florestan Fernandes, as críticas dessa natureza ao funcionalismo não se justificam porque: "uma valorização construtiva do uso científico desse método não impede a adesão dos sociólogos, seja a ideologias compósitas (como o 'terceiro caminho' liberal-socialista, de Mannheim), seja à ideologia socialista (o que ocorre com o autor destas linhas) (...). Os conhecimentos empíricos e teóricos, fornecidos por esse método, são igualmente úteis e potencialmente exploráveis sob quaisquer ideologias" (FERNANDES, 1970, p. 199). [in: GIL, 2008, p.19].

Para Gil, o funcionalismo é uma corrente das ciências humanas que estabelece comparações entre as formas de organização social a organismos vivos, enfatizando as relações e o ajustamento dos diversos componentes na sociedade ou cultura. (GIL,2008).

Um dos pensadores mais representativos do funcionalismo é Émile Durkheim, que também é um dos pioneiros na formação do pensamento sociológico. Do pensamento de Durkheim não basta apenas esclarecer a importância da organização social, como também a própria lógica da moralidade para a vida social.

Ao abordar o pensamento de Durkheim, há uma certa padronização acerca dos conceitos do autor:

Eu acredito que há teorias e há conceitos e há temas que vão favorecer, né, e há conceitos, teorias e temas que vão desfavorecer. Essa reflexividade ela vai estar presente em ambos os casos. Se a gente for trabalhar Durkheim, por exemplo, é, funcionalismo, é, solidariedade orgânica, é, é, óbvio que nós vamos fazer uma comparação, né, anomia, e acredito que os meninos mesmo vão começar a fazer essas relações. (E1).

Essa abordagem sociológica é possível também de ser realizada por intermédio do Positivismo, que no Brasil possui um papel fundamental, visto que o evento da República brasileira, realizada pelos militares, foi motivada pelo Positivismo. Há a presença dessa corrente em sala de aula:

[...]eu quando trabalho Augusto Comte, né, e o Positivismo, (risos), e aí nós trabalhamos ali as bases, né, do pensamento sociológico, da ciência, da física social, né, [E- um-hum] eu, eu sempre faço esse paralelo, né, é, questão dos cursos politécnicos ali, a importância dada a determinados, a determinadas ciências, e ali começamos um processo de mecanização do conhecimento, né, essa coisa que nós vivenciamos hoje e muito desse ponto, né, e uma coisa que eu sempre ressalto para os alunos é: o que eles são ali na escola técnica? O que eles estão, a, apreendendo no saber técnico? E qual a capacidade através do saber técnico eles têm de transformar o meio que eles vivem? É quando eles percebem que, que muitas vezes, algumas vezes, o, o saber técnico, somente pelo saber técnico, ele é um tanto quanto reprodutivo, né, ele é um tanto quanto, hã, conservador daquele papel de repetidor, né, então é sempre a mesma coisa, hã, não é aqui tecendo uma crítica a esse conhecimento, mas quando nós percebemos esse, esse, esse ensino técnico, do modo como ele é colocado hoje, nós percebemos isso de certa forma na grade, um distanciamento de outros conteúdos, [...] (E3).

Percebe-se que o Professor de Sociologia em questão define como conservador não o Positivismo em si, mas sim a postura discente em apreender os conteúdos do curso técnico sem a devida correlação com as demais áreas de conhecimento, sem procurar perceber as relações de poder existentes no contexto escolar e no mundo do trabalho para o qual estão sendo preparados.

Por esse foco, há uma dificuldade em uma formação técnica abrangente por parte dos sistemas escolares, ainda que seja nas Escolas Profissionais, orientadas pela TESE:

[...] e essa dificuldade de conciliação se dá através do que, se dá através da ideia de que, de que o técnico é técnico, é formação pro mercado, é formação ali para a reprodução do capital, para a conservação do capital e conquista do capital e valorização do capital, e desumanização do indivíduo, então é aí que reside a dificuldade, é aí que reside o problema, porque muitas vezes nós professores de, de Sociologia, de Filosofia, nós temos que operar praticamente ali uma, criar, uma estratégia de marketing, para que seja dada grande importância ao nosso conteúdo, e aí é quando nós entramos na possibilidade de enxergar na grade do técnico uma conciliação,[...], (E3).

Embora o docente mencionado não relacione o Positivismo como uma corrente de pensamento conservadora, contudo o Positivismo é uma Filosofia – que irá fornecer teoricamente as condições para o desenvolvimento da Sociologia. Para Guimarães e Coelho, o Positivismo tinha como proposta uma reforma social, a partir de uma reformulação intelectual e moral, visando a ordem social. (GUIMARÃES; COELHO, 2001).

Auguste Comte queria uma reorganização social porque para ele a modernidade, principalmente a partir da Revolução Francesa, proporcionou instabilidades sociais. A causa disso, de acordo com referido autor, foram as mudanças sociais realizadas de maneira abrupta, violenta. Para Comte, as mudanças sociais necessárias passavam por reformas morais e intelectuais.

Para que a reorganização social fosse possível era indispensável uma reforma intelectual. Surge então a Lei dos Três Estados de Comte. Para ele, a história do conhecimento poderia ser dividida em três grandes períodos: Estado Teológico, com as explicações da realidade a partir de narrativas fantásticas como a Mitologia; Estado Metafísico, onde o conhecimento é elaborado a partir da reflexão e o estabelecimento de definições. É o período da Filosofia; e o Estado Positivo, em que o conhecimento ocorre a partir da observação e da experimentação. É o período da Ciência.

Partindo da ideia da Ciência como a principal forma de obtenção de conhecimento, Comte realiza uma hierarquia, partindo do simples para o geral: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. (GUIMARÃES; COELHO, 2001).

Comte dedica toda uma atenção para a Sociologia:

Para Comte, a sociologia tem como aspecto fundamental, a distinção entre a estática social, representada pelo conceito de ordem, e a dinâmica social, representada pelo conceito de progresso. A estática pesquisaria os elementos permanentes da sociedade, como a família, a propriedade, a linguagem, o direito, a religião, etc. e a dinâmica, por outro lado, pesquisaria as leis do desenvolvimento progressivo da sociedade. Comte firma a ideia de que a dinâmica social estaria subordinada à estática, e que o progresso deve partir da ordem para aperfeiçoar os elementos sociais permanentes. Portanto, o seu projeto de reforma social teria: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim. (GUIMARÃES; COELHO, 2001, p.53).

O Positivismo e o seu projeto de reorganização da sociedade tiveram grande influência no Brasil. Chegaram ao país aproximadamente no ano de 1850, por brasileiros que estudaram na França e que tinham sido alunos do próprio Auguste Comte. No contexto do Segundo Reinado, a grande questão política era escravidão, combatida pelos positivistas, mas defendidas pelos conservadores brasileiros, porque o trabalho escravo era base da economia brasileira, essencialmente agrária.

Institucionalmente, o Positivismo apareceu na Escola Militar do Rio de Janeiro, sendo depois difundida para o Colégio Pedro II, Escola da Marinha, Escola de Medicina e Escola Politécnica. Os grandes expoentes do Positivismo brasileiro são: Miguel Lemos, Raimundo Teixeira e Benjamin Constant. (GUIMARÃES, COELHO, 2001) A influência do Positivismo na Proclamação da República brasileira não está restrita ao lema da bandeira nacional ORDEM E PROGRESSO, mas também na separação entre Igreja e Estado, e com isso liberdades religiosa e profissional, resultando também em reformas educacionais, propiciando assim a expansão das ideias positivistas.

O Positivismo teve grande influência no Brasil inteiro, com destaque para o Rio Grande do Sul, com destaque para Júlio de Castilhos, que basicamente defendia o centralismo político nas mãos do chefe do Exército e a continuidade administrativa através da reeleição do governante. O castilhismo, como ficou conhecido, foi de grande referência para Getúlio Vargas, que buscou implantar esse modelo a nível nacional durante o Estado Novo (1937 – 1945). (GUIMARÃES; COELHO, 2001).

Da mesma maneira que influenciou a vida política e social, o Positivismo exerceu grande influência no sistema educacional brasileiro. Apesar da resistência dos educadores progressistas pelo pensamento pedagógico positivista, há uma grande influência desse pensamento na educação brasileira, com o “cientificismo” presente no sistema educacional como um todo.

Mesmo com a LDB de 1996, e o retorno de Filosofia e Sociologia para o currículo do Ensino Médio em 2008, alguns elementos positivistas estão presente na educação brasileira contemporânea:

Apesar das reformas educacionais que aconteceram a partir de meados dos anos oitenta, ainda é possível perceber algumas "nuances" do positivismo no pensamento educacional brasileiro, disfarçadas na proposta de educação profissional e na ênfase das ciências exatas no currículo das nossas escolas. (GUIMARÃES; COELHO, 2001, p.57).

Mesmo com a Redemocratização, permanecem como traços culturais na educação brasileira, como a ênfase no tecnicismo, na Matemática e nas disciplinas relacionadas com a Tecnologia, em detrimento do estudo das Ciências Humanas.

Essas características estavam presentes na LDB de 1971 e tornaram-se mais evidentes na Reforma do Ensino Médio, de 2017.

Embora o Positivismo, no contexto brasileiro, tenha sido referência para momentos de rupturas classificadas como conservadoras, como a Proclamação da República de 1889, o Estado Novo de 1937 e o Regime Militar de 1964, entretanto, antes de retomar a discussão sobre o pensamento de Durkheim e as suas respectivas considerações sobre educação, é importante uma pequena consideração acerca do pensamento conservador moderno e contemporâneo.

Para Souza (2015), o chamado conservadorismo clássico abrange o período entre 1789 e 1914. Em síntese, são antirrepublicanos e antiliberais. Seus principais representantes são Burke e Tocqueville. Esse período encerra-se com Émile Durkheim, quando o pensamento conservador ganha um caráter científico, em que são pensadas as relações entre indivíduo, Estado e sociedade, coesão social e estabilidade social. Embora alguns traços do pensamento conservador sejam encontrados no que se convencionou denominar extrema direita, contudo há no pensamento de Durkheim concepções acerca da organização social, educação e profissionalização. (SOUZA, 2015).

Durkheim, um dos pensadores considerados clássicos da Sociologia, desde o início procurou, para legitimar a Sociologia enquanto Ciência, destacar que existia algo fundamental enquanto vida social, que estava acima dos indivíduos, que ele denominou de consciência coletiva:

O conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda extensão da sociedade; mas não tem menos caracteres específicos que a tornem uma realidade distinta. De fato, ela independe das condições particulares em que se encontram os indivíduos; estes passam e ela permanece. [...] (DURKHEIM, 1999, p.50).

A perspectiva de Durkheim acerca do que é sociedade – algo que está acima dos indivíduos – é uma crítica ao utilitarismo e à amoralidade econômica, onde o mais importante seria a regulação da sociedade pelas regras de mercado. Os

interesses econômicos, na perspectiva de Durkheim, não podem ser elementos organizadores da sociedade. De acordo com Herculano (2006):

Durkheim critica ainda nos economistas o equívoco de acreditarem que as sociedades humanas pudessem e devessem transformar-se em associações puramente econômicas, orientadas por interesses meramente individuais e temporários. A sociedade, para ele, não é a soma de indivíduos perseguindo seus interesses particulares; ao contrário, a sociedade é um ser moral e os deveres do indivíduo para consigo próprio são vistos como deveres para com a sociedade; se a sociedade se esfacela, esfacela-se o indivíduo. (HERCULANO, 2006, p.29).

A partir dessa perspectiva, a vida social como um todo não pode ser nem analisada a partir da esfera econômica – uma crítica ao Materialismo Histórico de Marx – e nem organizada a partir de interesses econômicos ou empresariais. Dessa maneira, os sistemas educacionais, da mesma maneira, não podem ser estabelecidos a partir de uma perspectiva empresarial. Uma crítica pertinente ao nosso objeto de estudo, a TESE das Escolas Profissionais do Estado do Ceará. A educação, com a industrialização, necessita de outros parâmetros para a sua orientação e organização.

De acordo com Durkheim, para que ocorra a coesão social, é indispensável a solidariedade, isto é, uma relação moral que possibilite aos indivíduos a percepção de que pertencem a uma mesma sociedade. As tradições e os costumes são fundamentais para a coesão social, mas para Durkheim o principal gerador de solidariedade é o trabalho. A divisão social do trabalho, nessa perspectiva, é um fator fundamental para a coesão social e consequente estabilidade social.

Em termos de divisão social do trabalho, Durkheim diferencia as solidariedades existentes nas sociedades pré-modernas e modernas como mecânica, no primeiro caso, e orgânica no último. A solidariedade mecânica, anterior ao surgimento do capitalismo industrial, como um sistema em que as características são homogeneidade e as similitudes, ou seja, as semelhanças entre os indivíduos. Já na solidariedade orgânica, essa divisão social do trabalho própria da industrialização, os indivíduos não são agrupados nas atividades sociais por questões como descendência, mas a partir da profissionalização. (DURKHEIM, 1999). Preocupado em dar credibilidade a Sociologia enquanto ciência, Durkheim não apenas especificou que a vida coletiva possui especificidades passíveis a serem objetos de estudo, bem

como destacou que a industrialização produziu um novo tipo de sociedade e de organização social, inexistente em períodos anteriores ao capitalismo industrial.

Com a industrialização e a nova divisão social do trabalho, orientada pela constante profissionalização e especialização, necessita de uma grande regulação social, para que não ocorra uma circunstância de instabilidade social, que Durkheim denominou de anomia. Para ele, anomia acontece quando a divisão do trabalho não produz a solidariedade. Quando as relações dos órgãos não são regulamentadas. Critica a ideia de que a solução para a anomia seria uma instrução geral. Não que ele fosse contra aos trabalhadores conhecerem arte, literatura, dentre outros ramos de conhecimento, mas essa medida de nada adiantaria se esse trabalhador passasse o dia sendo tratado como uma máquina. Propõe que a solução para a anomia seja uma integração entre as várias partes envolvidas na divisão do trabalho, com relações constantes, avaliando as necessidades e mudanças. (DURKHEIM, 1999). Nessa perspectiva, a anomia não é causada pela divisão social do trabalho, mas é exatamente o contrário: há anomia por falta de interdependência coordenada entre as funções.

Durkheim propõe como solução para a anomia a educação, mas não uma educação propedêutica, mas sim uma educação moral. Configura-se aqui mais uma crítica aos sistemas educacionais orientados por lógicas de desempenho empresariais, com reformas que privilegiam aumento de carga horária de disciplinas técnicas, em detrimento de conteúdos e estudos que enfatizem elementos de coesão social, que é a situação em que se encontra as EEEP do Ceará.

A preocupação de Durkheim para com a moral aparece ao longo das suas obras. Entretanto, a obra em que ele melhor trabalhou essa questão é o livro *A Educação Moral*. Durkheim assim define a sua concepção de moral: “Podemos, portanto, afirmar que a moral é um sistema de regras que predeterminam a conduta. Elas dizem como devemos agir em cada situação; e agir bem é obedecer bem.” (DURKHEIM, 2012, p. 39). Essa obediência necessita de dois elementos: regularidade e disciplina: “A disciplina, com efeito, tem por objeto regular a conduta; ela pressupõe ações que sempre se repetem em condições determinadas; mas ela não existe sem autoridade. Trata-se de uma autoridade regular.” (DURKHEIM, 2012, p.46).

Disso compreende-se que para Durkheim o fundamento para uma vida social estável é uma moralidade bem consolidada. Mas para que isso aconteça torna-se necessário que os hábitos considerados válidos sejam observados constantemente, para que se tornem algo regular, padrão. E para isso é indispensável o rigor, daí a importância da disciplina, que para ele é o primeiro elemento para a educação moral.

Não é suficiente, de acordo com Durkheim, a mera regularidade e disciplina. É necessário e indispensável o pertencimento do indivíduo a sociedade. Os mais diversos grupos sociais precisam realizar uma espécie de acolhimento aos que pertencem a sociedade, para que viver em coletividade faça sentido a elas.

As Instituições Sociais, dentre elas a Escola, possuem como finalidade os interesses coletivos. (DURKHEIM, 2012). Aqui mais uma crítica ao modelo empresarial de gerenciamento educacional: na perspectiva de Durkheim, uma Instituição não poderá realizar a satisfação dos interesses coletivos utilizando como referência princípios empresariais, cujo princípio fundamental é o lucro. Administração de Empresas possui uma dinâmica, mas o objetivo das Instituições Sociais são os interesses da sociedade. Essa Sociologia da Educação de Durkheim possui íntima relação com uma Sociologia Política, acerca da natureza do Estado e a sua relação com o indivíduo.

Durkheim confere destaque para a questão da identidade nacional, a pátria. O autor critica a concepção de patriotismo existente no período, a de buscar a afirmação por meio das guerras e da simples imposição de regimes autoritários:

Em resumo, a autoridade não reside em um fato exterior, objetivo, no qual ela está logicamente implicada ou que a produz necessariamente. Ela está inteiramente na própria ideia que os homens têm a seu respeito; ela é um feito da própria opinião e a opinião é uma coisa coletiva. É o sentimento de um grupo. (DURKHEIM, 2012, p. 99).

Durkheim compreendia que a complexidade pela qual as sociedades estavam sendo constituídas, com vários grupos sociais reunidos em um mesmo território, a coesão social não viria por uma simples imposição de valores. Tornava-se indispensável a identidade, o sentimento de coletividade. Daí a noção de pátria, fundamental no período contemporâneo.

O Estado, diante da emergência dessa identidade política tão abrangente, torna-se indispensável de igual maneira, visando coordenar todas essas diversidades. Durkheim assim concebe o Estado:

Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários sui generis, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade. Não é correto dizer que o Estado encarna a consciência coletiva, pois esta, o transborda por todos os lados. É em grande parte difusa; a cada instante há uma infinidade de sentimentos sociais, de estados sociais de todo tipo de que o Estado só percebe o eco enfraquecido. Ele só é a sede de uma consciência especial, restrita, porém mais elevada, mais clara, que tem de si mesma um sentimento mais vivo. [...] (DURKHEIM, 2002, p.70).

Para ele, o conceito de Estado é bem simples, pois a sua preocupação era em entender a função do Estado. Acompanhando as demais mudanças sociais advindas com a industrialização, o Estado moderno difere das demais instituições estatais que a precederam. Enquanto nos períodos anteriores ao Capitalismo Industrial os diversos Estados cuidavam basicamente da administração da justiça e da condução das guerras, na modernidade o Estado adquire outras atribuições. Para Oliveira, além da administração da justiça, o Estado moderno, na concepção de Durkheim, precisa impedir o retorno da anomia e combater as desigualdades. (OLIVEIRA, 2010).

Embora fosse crítico das doutrinas socialistas, Durkheim acreditava que com a industrialização, a urbanização e o surgimento dos Estados Nacionais, a instituição social estatal precisa adotar medidas reformistas na estrutura social, visando combater as mais diversas disparidades sociais, visando a estabilidade social. Trata – se de mais uma crítica ao liberalismo político, que propõe um Estado “guarda noturno”, protetor das propriedades, e que esse Estado precisa ser de menor tamanho. Com as mudanças sociais modernas, e enfraquecimento das instituições sociais tradicionais existentes durante o feudalismo – como a família e a Igreja – caberia ao Estado coordenar essa transição e essas múltiplas questões sociais existentes nos Estados Nacionais.

Considerando as sociedades industriais como fundamentais de novos princípios reguladores, cabe ao Estado, através da Educação Pública, promover não apenas uma formação intelectual e técnica, mas também moral. Para Vares, com essa

análise sobre educação moral, há uma comprovação de que Durkheim não foi um mero reprodutor do pensamento positivista, mas que estabelece bases para a formação de um cidadão republicano. (VARES, 2019).

Em um contexto republicano, a preocupação do Estado não está restrita a mera observância da representatividade do poder político, formalizada através das eleições. Esse Estado tem como meta lidar com as várias questões sociais existentes em sua jurisdição. Cabe a esse mesmo Estado a manutenção de políticas educacionais que além da profissionalização ensine aos mais diversos grupos sociais que há um interesse maior que privado, que é o interesse coletivo.

Com relação à educação profissional, que no presente contexto são as Escolas Profissionais, torna-se fundamental, de igual maneira, contribuir para uma formação mais abrangente, que vá além da preocupação com os níveis de resultados em exames intelectuais e com a mera instrumentalização técnica. E a Sociologia, nesse contexto, possui um papel fundamental:

A Sociologia ela tem uma, ela tem um grau de importância gigantesco, né, no que diz respeito a sua participação no ensino médio, que é justamente nesse processo de formação de indivíduos no sentido de se situar dentro do universo social que você está inserido, porque eu tenho que ter a noção de que universo eu faço parte, né, de qual mundo eu faço parte. Nós sabemos que (risos) nós vivemos numa diversidade de mundos, né, uma diversidade de universos, e é essa diversidade que nós temos que compreender, é essa diversidade que temos que entender, é esse ambiente que, que, que tem um aspecto religioso, moralístico, esse ambiente que tem um aspecto um pouco mais livre, mais existencial, mais alternativo, é esse ambiente das diversas formas de amor, das diversas formas de paixão, das diversas formas de enxergar um ao outro. Então tudo isso tem que ser construído na mentalidade do aluno do ensino médio como um processo de aceitação, então esse aluno tem que viver nesse universo dentro de um modo de aceitação, dentro de um modo de tolerância, né, e a Sociologia exerce esse papel fundamental nesse processo de construção desse aluno tolerante, desse aluno capaz de enxergar o outro, dentro de um processo de alteridade, [...] (E3).

Conforme explicado anteriormente, há, por conta de uma decisão judicial, uma cota de 20% nas Escolas Profissionais para alunos oriundos das escolas privadas. Apesar do gerenciamento empresarial existente no modelo, já destacado e que será melhor esclarecido logo em seguida, contudo há nesse contexto uma experiência importante: indivíduos de vários segmentos sociais convivendo em um mesmo espaço. Há aí uma combinação entre estatal e público, no sentido de que no

espaço público torna-se fundamental a convivência com as diversidades existentes no contexto social brasileiro. Embora as disparidades sociais existentes não sejam solucionadas, algo que ultrapassa as competências da instituição social escolar, contudo há nessa experiência um elemento moral e político importante: a da convivência com as alteridades no espaço público brasileiro.

5.3 Elementos de crítica social para a Educação Profissional

Ao analisar a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) das Escolas Profissionais do Estado do Ceará, uma questão que se destaca, que está relacionada com a ideia de profissionalização, é a ideia de competência. Um dos docentes afirma:

[...] É, eu acredito que ela se baseia muito, né, nessa educação por competências, se baseia numa sociedade meritocrática, que nós sabemos que é inexistente porque as condições sociais de onde nós viemos pra qual nós fazemos parte elas são diferentes, e eu acredito que a TESE ela tenta massificar ao invés do que é dito, né, no seu documento base, ela massifica sim os estudantes da escola pública porque ela promove essa visão de que todos partem do mesmo ponto, quando na verdade nós sabemos das dificuldades de muitos na grande parte desses estudantes eles vêm de camadas muito populares, [...] (E1).

A ideia de competência, embora não esteja diretamente presente na TESE, no sentido literal da palavra, contudo há a influência desse conceito no cotidiano escolar. A competência está presente em avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE), e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por estar presente não apenas na Educação Profissional, mas nas Políticas Educacionais como um todo, torna – se indispensável uma análise acerca da questão, presente no Brasil desde os anos 1990 do século XX.

Dias (2010) assim define a competência para o contexto educacional:

Em síntese, a competência é uma combinação de conhecimentos, motivações, valores e ética, atitudes, emoções, bem como outras componentes de carácter social e comportamental que, em conjunto, podem ser mobilizadas para gerar uma ação eficaz num determinado contexto particular. Permite gerir situações complexas e instáveis que exigem recorrer ao distanciamento, à metacognição, à tomada de decisão, à resolução de problemas. Podemos, pois, afirmar que a competência se caracteriza por ser complexa, projetada no futuro (numa aposta nos poderes do tornar-se). Exerce-se em situação, é completa, consciente e transferível para outros contextos. (DIAS, 2010, p.75).

Essa perspectiva da competência na educação busca romper com a concepção educacional existente nos sistemas escolares: em vez de realizar verificações de aprendizagem a partir de questões que enfatizem a memorização, com uma ênfase muito intensa no conhecimento propedêutico, a educação por competências propõe para os estudantes situações, contextos para por eles serem analisados e explicados, com o docente assumindo uma postura mediadora desse processo. Os conteúdos não serão mais apenas os de carácter científico, mas também de natureza socioemocional.

Para Laval, a estratégia do termo competência, esse novo modelo educacional, não tem como meta o aperfeiçoamento pessoal, mas o de responsabilizar os cidadãos por seu imperativo de estar sempre em processo de aprendizagem. Dessa maneira, é uma maneira de sobreviver no mercado de trabalho, através da autodisciplina e do autoaprendizado. (LAVAL, 2004).

A pedagogia de competências é uma transição em termos de organização educacional: paulatinamente, abandona-se o modelo fordista, representado por numerosas disciplinas, avaliações e excessivas horas em sala de aula, para uma organização *toyotista*, com flexibilização de currículos, adoção de conteúdos com valor utilitarista e de avaliações a partir de experiências técnicas ou científicas, a partir de vivências ou de resoluções de situações do cotidiano do estudante.

Essa modificação na organização das atividades escolares causa também mudanças na atividade docente: a pedagogia inovadora é a que estimula os estudantes a assumirem uma postura mais ativa em sala de aula, permitindo análises dos próprios discentes, com tomadas de decisões de maneira coletiva. O docente deixa de ser a figura proeminente no contexto da sala de aula, assumindo papel de orientador, mediador, alguém que também não detém mais o monopólio do saber.

As mudanças mencionadas não resultam em uma democratização escolar. Por ser uma escola pautada em visões empresariais, as maneiras de avaliação do professor serão critérios como índices de aprovação em sua unidade curricular, mesmo com a adoção de metodologias ativas, prazos acerca do preenchimento das atividades burocráticas referentes ao trabalho docente e as expectativas dos discentes em relação à dinâmica docente no contexto de sala de aula e nas relações interpessoais.

Ocorrem transformações também a nível salarial: a qualificação e o salário permanecem, mas os servidores da educação ganham planos de cargos, carreiras e salários, onde a progressão funcional ocorre a partir de um contexto de qualificação produtiva: realização de cursos de aperfeiçoamento, participação em eventos científicos, publicações científicas. De acordo com Laval, a adoção no serviço público de ideias como eficácia e produtividade, transforma o sistema educacional em um mero anexo do sistema econômico, naturalizando as novas atribuições que lhe são designadas. (LAVAL, 2004). Perde-se assim a proposta de uma educação pública voltada para interesses coletivos, fundamental para o aperfeiçoamento do regime democrático brasileiro.

A ideologia da competência no contexto educacional é acompanhada por uma ideologia da profissionalização, elemento basilar para as Escolas Profissionais do Estado do Ceará. Política Educacional presente também em outras economias de mercado, tem como objetivo preparar não apenas no contexto da especialização funcional, mas também com atitudes e maneiras para o mercado de trabalho, como por exemplo o trabalho em equipe, elemento essencial na profissionalização contemporânea. (LAVAL, 2004). No entanto, há outras maneiras de se conceber essa educação profissional:

[...], então assim a gente entende por exemplo que a educação profissional ela pode ter uma contribuição muito importante a exemplo do que Marx caracteriza como politecnia, que é uma educação aí que seja diversa e que forme sim para o trabalho, é importante isso, porque o trabalho ele é, é central na nossa vida, nós não podemos fugir dele, é uma categoria central, porém ele é esmiuçado, ele é fragmentado, como também o conhecimento é fragmentado nas escolas profissionais, [...] (E1).

Para Moura, Lima Filho e Silva (2015), Karl Marx, nas Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, de agosto de 1866, ao propor educação intelectual, educação física e educação instrucional, estava ali propondo uma formação integral, contemplando diversos aspectos fundamentais para o desenvolvimento humano. Denominada posteriormente no pensamento marxista como politecnia, trata-se de uma proposta de educação profissional que não priorizasse a fragmentação, a mera formação de mão de obra barata para as indústrias e sem tornar as escolas com uma proposta pedagógica voltada para o mercado de trabalho, que prioriza a funcionalidade e a flexibilidade do trabalhador no atual contexto.

Tanto a ideologia da competência como a ideologia da profissionalização são elementos de uma ideologia mais ampla, a ideologia neoliberal. Essa ideologia está presente não apenas no gerenciamento do Estado, mas no planejamento e na execução de políticas educacionais, tendo como exemplo as Escolas Profissionais do Estado do Ceará, tema do presente estudo:

A TESE está em todos os momentos porque, é, a Escola Profissional ela é impregnada dessa tecnologia, dessa ideologia, que é uma ideologia neoliberal, que é uma ideologia mercadológica, que promove uma educação neoliberal, por mais que alguns tentem mascarar isso, mas é, né, colocam nomes bonitos, mas a real é essa. (E1).

O termo neoliberalismo é bastante utilizado em análises nas Ciências Sociais, mas uma definição precisa do mesmo é um tanto complexo. Inicialmente, pode-se compreender como uma retomada do liberalismo, ideologia dominante originária do século XVIII, tendo grande desenvolvimento e aceitação no século XIX, mas que no século XX teve uma certa “pausa”, devido ser no século XX um século com um número demasiado de guerras e revoluções, o que motivou os diversos Estados nacionais a assumirem posturas mais interventores em relação à vida social, algo contrário ao que o liberalismo propõe. A retomada desse modelo ocorre mais especificamente após o colapso do denominado Socialismo real, ou seja, a experiência soviética e do leste europeu, onde a partir de então seria possível uma retomada dos princípios liberais, em especial na economia.

Andrade (2019) afirma que na verdade existem neoliberalismos, onde podem ser elencados basicamente quatro grandes dimensões: a primeira, a da economia globalizada, com a internacionalização cada vez mais da produção e domínio de operações financeiras; a segunda, a do aspecto da regulamentação governamental, com a busca de utilizar o modelo de gerenciamento do setor privado na administração, direito e políticas públicas; a terceira, teórica e simbólica, com a economização da política, com os constantes ranqueamentos e avaliações; e a quarta, a da subjetividade, através da individualidade, com ênfase no empreendedorismo e na visão economicista de mundo.

Pode-se perceber que as quatro dimensões estão presentes nas Escolas Profissionais do Ceará, orientadas pela TESE: a primeira, por ser derivada de uma empresa multinacional brasileira – Odebrecht, hoje Novonor; a segunda, está na própria sigla TESE: Tecnologia Empresarial Socioeducacional e através de um dos conceitos básicos, que já foi analisado: níveis de resultados; e a quarta, com a disciplina de Empreendedorismo presente como unidade curricular no fluxograma dos cursos técnicos oferecidos pela referida Escola. Trata-se de tornar paradigmático o gerenciamento empresarial, oferecendo uma mercantilização da vida social como um todo.

A presença do gerenciamento empresarial na educação torna-se mais compreensível, principalmente a partir dos anos 1990 no Brasil, na relação do país com o Banco Mundial. Para Lopes e Caprio, o Banco Mundial, concebido em julho de 1944 na Conferência de Bretton Woods, passou, a partir dos anos 1990, contribuir na construção de políticas educacionais de países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil. Dentre as várias medidas propostas destacam – se as reformas educacionais tendo como ênfase a melhoria dos rendimentos escolares, capacitação de profissionais da educação em aspectos administrativos e descentralização das instituições, sendo elas mesmas responsáveis pelos seus resultados. (LOPES, CAPRIO, 2008). Nessa perspectiva, modelos como a das Escolas Profissionais do Estado do Ceará são a consolidação dessas políticas educacionais.

Até o presente momento foram utilizados os termos ideologia, da competência, ideologia da profissionalização e ideologia neoliberal sem a devida definição do que vem a ser ideologia. Trata-se de um dos temas de maior discussão no pensamento sociológico. A palavra ideologia, utilizada pela primeira vez pelo

filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, que a definia como ciência das ideias. Para ele, as ideias seriam processos naturais nas relações dos seres vivos com a natureza. Esse pensamento foi de grande influência para Auguste Comte. Napoleão Bonaparte, por sua vez, deu a palavra ideologia uma conotação de ilusão. Essa postura de Bonaparte deve-se ao fato de Tracy ter participado da Revolução Francesa, mas não era favorável ao governo napoleônico de então.

No entanto, foi com Karl Marx que houve uma maior análise acerca do conceito de ideologia. De certa maneira, ele concorda com Bonaparte, ao criticar Tracy. Marx vê a ideologia como uma ilusão. Em síntese, para Marx, com a divisão do trabalho, em especial a partir da industrialização, há uma separação entre produção material e produção intelectual, também denominada de espiritual. Essa produção material intelectual pertence a classe dominante, que ao produzir as suas ideias as transmitem como se fossem representantes de toda a sociedade, quando que na verdade é apenas um aspecto da realidade, uma fração dessa realidade. Esse conhecimento fracionado impede o proletariado em ter consciência de classe e uma postura revolucionária. (MARX, 2001).

No século XX, Louis Althusser compreendia a ideologia como uma maneira de manter a dominação da classe dominante. Essa dominação seria concretizada a partir do que se denomina Aparelhos Ideológicos de Estado, que para ele são um certo número de realidades que se apresentam sob a forma de instituições específicas, quais sejam: religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação e cultural. (ALTHUSSER, 1980).

Para Nunes (1963), independentemente de ser conservadora, reformista ou revolucionária, as ideologias possuem três funções sociais básicas: oferecer um quadro de referência que possibilite tornar a realidade social compreensível; gerar, manter ou reforçar a coesão dos grupos sociais onde for implantada; e serem meios para conservar ou transformar as realidades sociais.

Embora possua como referência o gerenciamento empresarial, a TESE é o fundamento de um Aparelho Ideológico de Estado, que possui como objetivo não apenas formar mão de obra técnica para o mercado de trabalho do Estado do Ceará, mas garantir a continuidade de relações de dominação nas relações de trabalho, onde

os profissionais técnicos são os que desempenham funções, no plano operacional, enquanto o trabalho intelectual fica reservado para o pessoal de nível superior.

Outro conteúdo ideológico no contexto da profissionalização orientado pela TESE é a ideologia da meritocracia. No início desse tópico, ao falar de educação por competências, o tema meritocracia foi citado pelo referido docente. Há um aprofundamento crítico dessa ideologia:

[...] nós estamos falando de pessoas que vivenciam situações muito difíceis, que vivenciam muitas das vezes coisas que apenas adultos poderiam vivenciar e que devem ser levadas em consideração pra que elas realmente protagonizem, como eles gostam de falar, a sua própria história, né, então eu acho assim que muitas das vezes a TESE se vê vazia de significado pra esses estudantes, porque ela não parte de uma realidade palpável, então essa coisa da aprendizagem significativa, [...] (E1)

O termo meritocracia, que no sentido etimológico significa poder do mérito, e mérito como reconhecimento que torna uma pessoa digna de apreço, está bem relacionado com as ideologias da competência e da profissionalização. Significa que, de acordo com esse termo, um indivíduo com muito esforço pode conseguir atingir os seus objetivos, sejam elas quais forem. Para isso acontecer, torna-se indispensável um grande empenho por parte do estudante, no contexto das Escolas Profissionais do Estado do Ceará. O que a meritocracia não considera é o fenômeno da desigualdade social, onde as oportunidades de acesso ao conhecimento são distintas em relação às classes sociais.

Enquanto Émile Durkheim refletiu acerca de um sistema educacional com uma proposta republicana, procurando garantir coesão social, Pierre Bourdieu analisa, já no século XX, os desdobramentos desse sistema educacional já consolidado, análises essas que são até hoje referência para estudos e pesquisas em Sociologia da Educação nas mais diversas universidades. Afirma Bourdieu (2007):

[...] Ora, se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal, à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. (BOURDIEU, 2007, p.53).

Para Bourdieu (2007), o sistema educacional mantém a estrutura social. Essa manutenção ocorre a partir da transmissão de capital cultural. Da mesma forma que no sistema econômico há um capital que está relacionado com renda e salário, há no campo cultural, um capital cultural, que podem assumir três formas: o incorporado, onde não é possível a transmissão, ou seja, o indivíduo precisa assimilar esse conteúdo; o objetivado, através de artefatos materiais, onde é possível a transmissão; e o institucionalizado, através do diploma, onde a partir daí o capital cultural pode ser convertido em capital econômico, ocorrendo assim a manutenção das posições sociais.

O estado incorporado é de fundamental importância para o sistema educacional. As classes sociais mais abastadas realizam amplos investimentos com o objetivo de as próximas gerações garantirem as mesmas posições na estrutura social vigente. Para as classes sociais menos favorecidas não há esse investimento, o que ocorre em diferenças na relação desses indivíduos em relação à escola, em termos de posturas, linguagens e busca em relação ao conhecimento formal escolar. Essa disparidade torna-se mais evidente quando ocorre a expansão massiva da educação básica.

Para Bonnewitz (2003), Pierre Bourdieu conclui que a instituição escolar, ao invés de reduzir as desigualdades sociais, contribui para a reprodução. A cultura escolar não é neutra, ela possui como parâmetros culturais os valores da classe dominante. Os critérios de avaliação são de acordo com esses valores, sendo dessa maneira critérios sociais, e não pedagógicos. Essa imposição da cultura dominante para as classes populares ocorre a partir de uma violência simbólica, com uma extrema dificuldade desses segmentos em inserir-se no ambiente escolar.

Com o maior desenvolvimento da industrialização e da urbanização há uma maior demanda por escolarização, tornando-se fundamental o estabelecimento de sistemas educacionais para o atendimento dessa demanda. Mas essa ampliação da educação básica não resulta em uma democratização da educação. Por ser norteadas pelos princípios da classe dominante, os pertencentes a essas camadas sociais terão os rendimentos almejados pela escola. As classes populares, como não tiveram ao longo dos seus respectivos processos de socialização a formação para esse sistema, não conseguem alcançar os resultados estabelecidos, porque para Bourdieu não basta apenas a inserção no sistema escolar, mas a assimilação das práticas e hábitos

da classe dominante, que são os elementos norteadores do sistema educacional, elementos esses que a escola defende. (BOURDIEU, 2007).

No contexto do Estado do Ceará, com as Escolas Profissionais, há um empenho em ofertar uma educação básica mais intensa para as classes populares, mas com uma orientação do gerenciamento empresarial, visando aumento nos níveis dos resultados em profissionalização e em conhecimento propedêutico. Com o objetivo de garantir uma maior absorção do estado incorporado a setores anteriormente marginalizados, a referida política educacional cearense utiliza métodos empresariais, utilizando da descentralização como forma de controle social acerca das Escolas Profissionais que não atingem os resultados estipulados.

E para a concretização de um estado institucionalizado, através do diploma de educação técnica e conseqüente possibilidade de transformar essa certificação em atividade econômica, ocorre um processo de *taylorização* do ensino médio. Tanto no ambiente francês como no brasileiro percebe-se que a educação básica pública não utilizam princípios democráticos para a redução das desigualdades sociais, mas a absorção de elementos da iniciativa privada para reforçar elementos da cultura dominante, como a questão linguística, aptidão em ciência e tecnologia e a busca por aprofundamento dos estudos no ensino médio em instituições de ensino superior, que no Brasil é a cultura do bacharel, presente desde o período imperial, sendo um traço cultural que prevalece no Brasil republicano.

A superação das desigualdades sociais não ocorre apenas com a ampliação do sistema escolar, nem tampouco com reformas curriculares, ainda que se utilize metodologias empresariais. Além de reformas educacionais, são fundamentais também reformas sociais, com um maior acesso aos mais variados tipos de capitais, sejam eles econômicos ou culturais, aos mais variados segmentos da sociedade, algo ainda a ser concretizado na realidade social, econômica e política brasileira e cearense.

Ao abordar a questão da desigualdade social na modernidade, cujo padrão são os das classes sociais, torna-se fundamental expor uma definição acerca de classes sociais. Inicialmente, classe social um item fundamental no estudo da estratificação social, que é uma divisão em camadas, onde nessa divisão há uma distribuição desigual de vantagens e recursos. Os critérios para os parâmetros para

essa divisão em camadas dependem do pensador. Karl Marx argumentava que as divisões em classe têm como fundamento as relações entre os indivíduos e o processo de produção. Sob o capitalismo, há duas classes sociais básicas: burguesia – proprietária dos meios de produção – e proletariado – detentor da força de trabalho, embora existam outras. Max Weber, por sua vez, afirma que as desigualdades sociais se manifestam em três dimensões: classe, poder e prestígio. (JOHSON, 1997).

Apesar de suas divergências teóricas, ambos enfatizam a questão das análises sociais a partir do conflito. Marx destacando a importância da posição social no sistema econômico, enquanto Weber afirma haver, juntamente com a classe social, a dimensão do poder político e status das classes, ou seja, a predominância referente a ser pertencente a uma determinada classe social.

Pierre Bourdieu procura realizar uma categorização acerca da desigualdade social. Conforme abordado anteriormente, além dos capitais econômico e cultural, há também o social e simbólico. Na avaliação de Bonnewitz (2003), para Pierre Bourdieu, a sociedade é um conjunto de campos sociais, e nos vários campos existentes há disputa entre as classes sociais. Nessas disputas leva-se em consideração a quantidade de capital que os indivíduos possuem. É uma busca por sintetizar e ir além das concepções de Marx e Weber, destacando outras formas de conflito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional) das Escolas Profissionais do Estado do Ceará, possui como um dos seus objetivos ofertar uma modalidade de Ensino Médio articulado com o Ensino Técnico Profissionalizante, com uma proposta de proporcionar uma outra orientação de ensino público no referido Estado.

Embora tenha como um dos conceitos fundamentais a descentralização, ela de fato pouco é vivenciada, porque há toda uma centralização a partir da Secretaria da Educação (SEDUC) em torno dos procedimentos a serem realizados. A descentralização, nesse sentido, é apenas para atingir, a nível local, o que já foi estabelecido pelo Estado.

A Educação Profissional constitui em uma etapa fundamental para o desenvolvimento do estudante, tanto em relação em iniciação às atividades profissionais, bem como possibilita orientações para uma posterior continuidade de estudos no Ensino Superior. A intensidade nessa admissão nas Universidades Públicas comprova uma continuidade na concepção do ensino secundário como uma etapa preparatória para o Ensino Superior, reforçando uma concepção existente desde o Brasil Império, a da cultura do bacharel. Ainda que seja com a meta de reduzir a desigualdade social em relação ao acesso ao Ensino Superior, contudo essa redução não é orientada pela noção de coesão social, mas sim pela metodologia de trabalho empresarial, com a ideia de produtividade.

A Escola Profissional do Estado do Ceará, por ser uma instituição social pública, não pode ser orientada pelo gerenciamento empresarial. Uma empresa tem como objetivo interesses individuais, como lucro, expansão de suas atividades e sobrevivência no setor em que desenvolve as suas atividades. O Estado, na perspectiva de Durkheim, tem como objetivo atender aos interesses coletivos e de manter a coesão e a estabilidade sociais.

Embora o pensamento de Bourdieu comprove que o sistema educacional mantém as desigualdades sociais, contudo essa proposta de reforma educacional por outros parâmetros que não seja a da eficiência e da eficácia ainda é relevante e

necessária, principalmente após a Pandemia pelo novo coronavírus. O que ficou evidente no período é uma preocupação dos sistemas de ensino com a burocracia e com a formalidade, desconsiderando a desigualdade social em relação ao ensino remoto, bem como negligenciando outros elementos presentes no cotidiano dos estudantes, como os impactos sociais, econômicos e emocionais dos mesmos no contexto pandêmico.

A tecnologia empresarial, a ênfase no conhecimento científico e técnico demonstram também a questão ideológica: ideias como meritocracia, competência e qualificação são elementos de uma classe dominante, que a partir de Instituições Sociais como a Escola procura difundir como um elemento geral, que represente algo legítimo e válido para toda a sociedade, mas que na verdade é uma realidade para alguns segmentos da população, em especial no contexto brasileiro, com o destaque para a Região Nordeste.

A manutenção do gerenciamento educacional no contexto brasileiro em um período de governos considerados progressistas – em 2008 Luís Inácio Lula da Silva era Presidente da República (PT) e Cid Ferreira Gomes (então no PSB) era Governador do Estado do Ceará – comprova a tese de Laval de que mesmo em governos de esquerda a concepção liberal permanece no planejamento educacional e na educação pública, demonstrando a dificuldade em realizar transformações referentes a nível de ideias no setor público, em especial no Brasil, país que tem como cultura política a ideia de mudar conservando, ou seja, modificar sem realizar rupturas profundas, mantendo elementos existentes de uma ordem social anterior.

O Ensino de Sociologia, no contexto da Educação Profissional, pode ser utilizado tanto para promover a coesão social como também a de destacar os elementos conflitantes nessa mesma sociedade. Ao destacar que há interesses coletivos, que são superiores aos interesses privados, propõe-se uma concepção de vida coletiva, que reflete também nas Instituições Sociais, dentre elas o Estado. Por outro lado, ao afirmar que não há dom, e que os critérios de avaliação da Escola não são técnicos, mas sociais, há uma exposição de elementos divergentes e que há conflitos de interesse no ambiente escolar.

O Ensino de Sociologia nas Escolas Profissionais do Estado do Ceará possui ainda uma outra questão a enfrentar, que não é específica dessa instituição,

mas que se fará presente nas demais Escolas de Ensino Médio, que é a Reforma do Ensino Médio. Aprovada em 2017, e que iniciará a sua implementação em 2022, não possui de fato um caráter inovador. Como foi exposto, diminuição de carga horária de Ciências Humanas e aumento da carga horária das disciplinas técnicas já foi realizada durante o Regime Militar. Trata-se de mais uma objeção ao Ensino de Sociologia no contexto escolar: além de questionar as ideologias da profissionalização e da competência, haverá que lidar com a questão da legitimidade enquanto unidade curricular nas Escolas, já que a referida reforma promoveu uma flexibilidade nas unidades curriculares, promovendo uma descentralização em relação ao currículo escolar, em termos de organização e carga horária. Essa descentralização será realizada pelas Unidades da Federação e por cada Escola.

Com relação à TESE, embora tenha sido elaborada em 2008, em um outro contexto, é de certa maneira uma precursora, no aspecto ideológico, da Reforma do Ensino Médio de 2017. As possíveis alterações no referido documento ainda não foram realizadas, e as modificações existentes só poderão ser analisadas após as devidas observações e em futuras pesquisas e estudos, tanto no aspecto pós - Reforma do Ensino Médio como também no contexto pós pandêmico e as consequências disso em Ensino Híbrido.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Antonio Idilvan de Lima. **A política de educação profissional do Estado do Ceará na perspectiva da responsabilidade social**. Dissertação, 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, jan./abr. 2019.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (org.). Petrópolis: Vozes: 229-237, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ciência Humanas e suas Tecnologias. Sociologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil Profissionalizado**. Disponível em: Brasil Profissionalizado - Ministério da Educação (mec.gov.br) Acesso em: 23 jul. 2021.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional** – COEDP. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=129 Acesso em: 26 jul. 2021.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional** – COEDP – CÉLULAS. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=35&Itemid=192 Acesso em: 26 jul. 2021.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional**- Criação das EEEP's. Disponível em: http://https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=103 Acesso em: 16 mar. 2020.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional** – Estrutura. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=142 Acesso em: 26 jul. 2021.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional** – Investimento. Disponível em:

https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=214 Acesso em: 26 jul. 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional** – Infraestrutura e custeio. Disponível em:
https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=175&Itemid=342 Acesso em: 26 jul. 2021.

COSTELLA, Roselane Zordan. Escola: espaço de responsabilidade social. **Rev. Traj. Mult.** – Ed. Esp. XVI Fórum Internacional de Educação – Ano 3, n. 7, Ago/2012.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros. Educação Profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan. /mar. 2016.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2.ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC / UNESCO, 2003.

DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 14, n.1, Jan./Jun. 2010.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação Moral**, A. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERNANDES, Florestan. **O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Elisa Maria Castelo; COELHO, Maria Vieira Lima. **A filosofia positivista de Augusto Comte**. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano; FONTELES FILHO, José Mendes (org.). Ditos (mau)ditos. Fortaleza: Editora Gráfica LCR, 2001.

GUIMARÃES NETO, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; Assis, Marcos Arcanjo de. **Educar pela Sociologia: Contribuições para a Formação do Cidadão**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

HERCULANO, Selene. **Em busca da boa sociedade**. Niterói : EdUFF, 2006.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)**: uma nova escola para a Juventude Brasileira (escolas de ensino médio em tempo integral). Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/tese/manual_modelo_gestao.pdf Acesso em: 16 mar. 2020.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**- O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LINHARES, Naedja Pinheiro Rodrigues. **Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará**: uma reflexão sobre o modelo de gestão de Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE). 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública)- Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1–16, 2008. DOI: 10.22633/rpge.v0i5.9152. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 22 jul. 2021.

LOPES, Francisca Josefa de Lima; CORREIA, Marcos Vasconcelos. O impacto da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) como forma de desenvolvimento para os alunos das Escolas Profissionais de Juazeiro do Norte-Ceará. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, n.8, Jul./2013.

MATOS, Fátima Regina Ney. **Sob o controle da tecnologia**: ‘a nova servidão’. *In: Transformações no mundo do trabalho*: realidade e utopias. / Maria Neyara de Oliveira Araújo, Léa Carvalho Rodrigues (org.) *et al.* Fortaleza: Editora UFC, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 10 ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Conceito de Metodologia de Pesquisa**. *In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA, Dante Henrique; FILHO; Domingos Leite Lima; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63 out.-dez. 2015

NUNES, Adérito Sedas. **Introdução ao estudo das ideologias**. Lisboa: Análise Social, v. I, n.1, 1963.

OLIVEIRA, Márcio de. O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 37, out./ 2010.

ORIBE, Claudemir Y. PDCA - origem, conceitos e variantes dessa ideia de 70 anos. **Banas Qualidade**, São Paulo: Editora EPSE, ano XVIII. n. 209, outubro 2009.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Eficiência e eficácia na administração: proposição de modelos quantitativos. **Revista Unemat de Contabilidade**, 2017. v. 6, n. 11.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo-RS: Universidade FEEVALE, 2013.

ROCHA, Elaine de; DUARTE, Emeide Nóbrega. **Melhoria contínua e ciclo PDCA na gestão escolar**: um estudo de caso em uma escola municipal da mesorregião do agreste paraibano. XXXIX Encontro da ANPAD, Belo Horizonte: MG, 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Mc Graw -Hill, 2006.

SEABRA, Giovanni de F. **Pesquisa científica**: o método em questão. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SILVA, Jardel Pereira da; BARRETO, Polliana de Lula Nunes; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. **A Educação Profissional como Política de Governo**: A criação das Escolas de Ensino Médio com modalidade profissional no Ceará. Natal, RN: IFRN, 2017.

SILVERIO, Renata Abreu; ALBUQUERQUE, Francisco Carlos Araújo. **A gestão da Escola de Educação Profissional Integrada no Ceará**: análise do modelo gerencial de resultados. Campina Grande: Realize Editora, 2012.

SOUZA, Jamerson. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social e Sociedade**, n.122, abr./ jun. 2015.

VARES, Sidnei Ferreira de. Émile Durkheim e a educação moral: a formação do cidadão republicano. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHC**, v. 11, n. 21, Jan./Jun. 2019.

APÊNDICE- ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Na sua opinião, qual a importância da Sociologia no Ensino Médio?
- 2) Em seu entendimento, qual a importância do Ensino Médio com formação técnica?
- 3) Qual a sua visão sobre a utilização da TESE para o estudante do Ensino Médio?
- 4) Como você vivencia a TESE na sua prática em sala de aula?
- 5) Os conteúdos de Sociologia facilitam ou não o ensino dos princípios da TESE? De que forma?